



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 06/14

Data da Sessão: 18 de dezembro de 2014

Início da Sessão: 14.30 horas

Fim da Sessão: 20.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos-----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia-----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

1. **Período de Antes da Ordem do Dia;**-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro;**-----
3. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da informação semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município;**-----
4. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Alteração dos limites Administrativos entre o Concelho de Montemor-o-Velho e o Concelho de Cantanhede - Proposta para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos;**-----
5. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos;**-----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento e de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho - proposta final;**-----
7. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho;** --
8. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2015;**-----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015;** --
10. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2015.** -----

Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Adelaide Maria Simões Medina, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André Silva Santana, Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Joaquim António Graça Rainho, em substituição de Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Francisco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

Barbosa Leal de Sousa Mano, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Edmea Tereza Reis Silva e António Mendes Girão Meco, em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. -----

-----Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Pedro Simões Ribeiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Edmea Tereza Reis Silva e Sara Cristina Cruz Gomes.-----

-----Ausências justificadas e sem substituições – Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço. -----

-----Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

-----**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 14h45, tendo saudado os presentes e questionado a AM se havia alguma proposta de alteração da OT. -----

-----Não havendo alterações à ordem de trabalhos, passou-se de imediato à ata da última sessão da AM. -----

-----Usou da palavra o PMAM e disse que: “Na ata da última sessão da Assembleia Municipal, verificase uma omissão na página 81, em que não está mencionado que o Senhor Presidente da Câmara se ausentou da reunião. Nessa sequência, no início da página 81 ficará mencionado que o Senhor Presidente da Câmara se ausentou da reunião, até porque mais à frente é referido o seu regresso. -----

-----Com esta pequena introdução, pergunto se algum membro da AM quer fazer alguma alteração ou proposta.”-----

-----Pedi a palavra o membro Luís Leal (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Em relação à ata, eu gostava de esclarecer que nas páginas 72 e 73, onde estão citadas algumas das minhas intervenções, há ali, por lapso claramente, alguns erros de português que eu gostava de ver substituídos e alterados. -----

-----No que diz respeito à parte final da intervenção ou seja, na página 81, que o Senhor Presidente já citou, para além daquilo que já muito bem esclareceu e, já com a retirada que me fez da palavra, eu intervi e gostava que ficasse adstrito à ata que estamos a votar que, e eu disse-o aqui, para quem ouviu: “O

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

Senhor PMAM pode tirar-me a palavra mas ficará com o “peso” da discriminação democrática do ato e o silêncio forçado da minha liberdade de expressão.”-----

----- O que eu pedia é que isso fosse inscrito porque claramente não põe nada em causa, mas põe a minha postura na sua totalidade. -----

----- Quanto às outras questões, são erros de português que estão transcritos e para os quais a linguagem não seria adequada que ficasse nos termos em que está.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Em primeiro lugar relativamente à ata, pela primeira vez estiveram presentes dois cidadãos do concelho, nomeadamente os Senhores José Monteiro e Hélder Adrião que é de realçar o seu empenho e interessados na vida do Município, trazendo aqui as suas preocupações, que são também as nossas. Para eles, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, integrado no MPT, envia o seu muito obrigado e que continuem. -----

----- Não estive presente na última Assembleia e por isso a minha posição em relação a esta ata é de abstenção, no entanto não queria deixar de referir o seguinte: o meu ilustre companheiro Manuel Girão, informalmente deu-me conhecimento, do que se passou, nomeadamente, quanto ao abandono do Senhor Presidente da Câmara da Assembleia, mas aquilo que li na proposta de ata, não corresponde ao que os vários jornais e comunicados de vários partidos fizeram de tal ato. Não substancia, absolutamente nada, dos impropérios aqui proferidos. Ora, tendo em atenção tais contradições, pretendia saber o que na verdade se passou. Contudo, nas folhas 80 da ata, apenas vislumbrei que os únicos impropérios que se dizem como ofensivos e afetam a honra do Presidente da Câmara – imbecil, incompetente e impreparado, não são assim tão ofensivos, porque na verdade, a pessoa que os proferiu não meditou em tais palavras. Eles apenas refletem tão só elogios ao Senhor Presidente da Câmara, senão vejamos, e V. Ex.as sabem que estudou filologia, o grande vulto da história deste concelho, Fernão Mendes Pinto, aquando de recebimento e de uma embaixada que fez ao sultão de Ceilão ele próprio disse ao sultão: “*Menino bonito, menino mimado*” e o sultão na sua linguagem asiática diz: “*imbecil*”, que significa criança. Portanto aqui tão só imbecil reflete menino mimado. Incompetente, foi também um impropério que levou ao abandono da sala. O Senhor Presidente da Câmara não é uma pessoa incompetente, é uma pessoa inteligente, é uma pessoa dedicada. Repare que ele sem ganhar as eleições, conseguiu eleger-se, com a marca PS, mas se olharmos para o Executivo não vemos ninguém do PS, então ele é burro, inteligente ou incompetente? É inteligente máximo! Impreparado? Coisa que não é! O Senhor Presidente da Câmara é um homem muito bem preparado, veste bem, tem um corte fino, prepara-se bem. Então isto é um homem impreparado?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

Foram estes impropérios, tão só o que está na ata, que levaram ao abandono da sala pelo Senhor Presidente da Câmara? O Senhor Presidente da Câmara é um homem de estaleca, é um homem bom, é um homem inteligente, é um homem digno. Ora estes impropérios, quem os proferiu não soube o que estava a dizer. Disse-os, não nos termos pejorativos, mas foi um elogio que fez ao Presidente da Câmara. -----
-----Como sabe, fui eleito pelo Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra para dar, tão só, dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, integrado no MPT e constato que, na verdade este órgão que é composto por quatro forças políticas, uma delas tem a maioria dos deputados municipais; o PPD/PSD-CDS/PP, tem uma larga maioria de deputados municipais; a CDU tem 2 deputados municipais e o MPT tem apenas 1 deputado municipal que está aqui com o coração nas mãos a defender os interesses e a dar esperança e dignidade às pessoas deste Concelho. Utilizando as palavras proferidas pela Dr.^a Cristina Jorge do PSD que não tem tempo para ler os documentos enviados pela Assembleia Municipal, com um curto espaço de tempo, tem o seu trabalho e, lamenta-se que eles cheguem atrasados. É óbvio que um único deputado municipal que não tem o apoio destas maiorias, necessitará também de ter alguém, para seu aconchego e conforto ou para sua perceção dos trabalhos aqui, alguém junto dele e, isto não é discriminar. O Senhor Presidente da Câmara é que pôs hoje um equívoco na cabeça dele: discriminar igualdades. Farto de desigualdades estou eu! Não gosto de andar vestido com flanela do mesmo tom. Isso, discriminar, igualitar e não sei quantas, isso é treta, se não, andamos todos vestidos de flanela e de ganga. Por isso peço ao Presidente da Assembleia Municipal e a autorização deste órgão para estar junto de mim um companheiro, um assessor, para que eu possa contribuir pela melhoria dos trabalhos desta Assembleia e não colocarem-me num lugar que eu não escolhi. Sinto-me ostracizado por esta democracia, por estes órgãos democráticos, ostracizando um deputado eleito democraticamente e com dignidade para estar aqui, que não escolheu o seu lugar, no entanto, cercearam-me aqui, parece uma prisão aqui atrás, que o povo está longe e não posso ter ninguém na minha companhia. Isso é indigno deste órgão. -----
-----Eram estes os pontos que queria realçar neste momento. Não estando presente, vou-me abster da aprovação da ata pelos motivos que invoquei. Recordarei também que pretendo saber, porque não está confrontado na ata, com o que foi noticiado e pelos comunicados dos Partidos, não sei quais foram. Aquilo que se passou aqui não reflete nada na ata, nem nos jornais. Pretendia ser esclarecido sobre o que verdadeiramente se passou aqui, se vossas excelências, democraticamente, entenderem dizer a verdade, porque é aquilo que nos importa esclarecer.” -----
-----Usou da palavra o PMAM e disse que: “Tenho duas intervenções e vou falar apenas e só no que respeita a esta ata. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

----- Uma, que tenho que colocar necessariamente à AM. Tem a ver com os membros que estiveram na Assembleia Municipal passada se, efetivamente, independentemente das alterações que possamos ou não fazer à ata, a ata transmite ou não aquilo que foi passado nesta AM. Porque inclusivamente as Assembleias são gravadas, os serviços fazem a transcrição da gravação e, evidentemente eu leio as atas, o secretariado da mesa lê as atas, os deputados municipais leem as atas e nunca, até agora, que me lembre, mesmo em outras assembleias, se disse que a ata não transmitia o que se tinha passado na reunião e, portanto, eu pergunto a todos os deputados municipais que estiveram na AM passada se, de facto, a ata não transmite o que se passou na reunião. -----

----- Pediu a palavra o PJJ da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Em relação a este assunto, naturalmente aprez-me dizer o seguinte: li a ata e ao contrário de quem proferiu certas e determinadas palavras, não posso ter a mesma veracidade em relação às palavras que foram usadas. Eu acho que isto é natural e é legítimo que assim seja, no entanto, como o Senhor Presidente acabou de dizer, desde sempre tive conhecimento que as atas são gravadas e são transcritas na íntegra, precisamente, para o papel que todos nós tivemos oportunidade de ler. Quero com isto dizer que não vejo razão alguma para o Senhor deputado Luís Leal e muito menos para o Senhor deputado Oliveira e Sousa estar a colocar este tema em causa.” -----

----- Usou da palavra o PMAM e disse que: “O Senhor deputado Luís Leal, permita-me que o corrija, ele não precisa que o defenda, mas ele não colocou a questão em causa. A questão que ele coloca, e eu já lá irei a ela é se se introduz uma questão que disse com o microfone desligado. -----

----- As atas sempre foram aprovadas por todos os presentes na reunião e daí a minha surpresa, mas estou confortável porque como o deputado municipal Oliveira e Sousa não esteve na reunião, evidentemente está a colocar essa questão. Eu admito que o seu desconforto tenha sido entre “o diz que disse”, a comunicação social e evidentemente a ata. A ata é o que conta e como sempre, todos os presentes nas reuniões têm aprovado as atas e, eu julgo que sempre, as atas transmitem o que verdadeiramente se passa nas reuniões porque se não, evidentemente, os deputados municipais presentes nas atas teriam feito as suas observações. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Quero dizer tão só que os Senhores secretários que o ladeiam, não sei o que estão aí a fazer. É que eles têm que tomar notas, da atitude tomada pelo Presidente da Câmara, do abandono da sala e isso não está.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor deputado municipal, provavelmente pela entrada tardia na reunião, não ouviu que eu comecei este ponto exatamente dizendo que no início da página 81, constaria na ata da reunião que o Presidente da Câmara se levantou e abandonou a sessão. Até porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

disse e bem, que quem leu a ata com atenção, verificou que ele próprio, na intervenção final que faz aos munícipes refere o seu regresso. Esse ponto será mencionado no início da página 81.-----

-----Relativamente à questão que é colocada pelo deputado Luís Leal, é uma resposta a mim, quem esteve na reunião sabe que ele respondeu, mas evidentemente eu já lhe tinha cortado a palavra e portanto não ficou gravado. Não há aqui nenhum ato de censura porque não ficou gravado. O que o deputado Luís Leal pretende é ver escrito, depois de lhe tirar a palavra este texto: *“Em resposta ao Presidente da Assembleia Municipal o membro Luís Leal afirmou que o Senhor PMAM pode tirar-me a palavra mas ficará com o “peso” da discriminação democrática do ato e o silêncio forçado da minha liberdade de expressão.”*-----

-----Do meu ponto de vista, uma vez que essas palavras me foram dirigidas a mim, sendo verdade que a palavra já estava tirada, eu não me oponho a que seja acrescentado na ata. Acrescento apenas *“Em resposta não gravada...”*. Pergunto à AM se aceita que este texto conste da ata. Volto a repetir: *“Em resposta não gravada ao Presidente da Assembleia Municipal, o membro Luís Leal afirmou que o Senhor PMAM pode tirar-me a palavra mas ficará com o “peso” da discriminação democrática do ato e o silêncio forçado da minha liberdade de expressão.”*-----

-----Pedi a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: *“Senhor Presidente, naturalmente vindo da parte do Senhor Presidente, outra coisa não seria de esperar. Única e simplesmente coloco em consideração que se os papéis estivessem invertidos, certamente tal ato não existiria.”*-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: *“Em resposta ao deputado municipal, Vasco Sousa, realmente é de estranhar tal intervenção porque no meu passado recente aqui neste órgão, eu tive sempre a liberdade e mesmo a liberdade frontal, que incomodou na altura o Executivo, emendar as atas. Nunca ficou furtado e/ou cerceado nessa parte, por isso estranho muito esta intervenção do meu ilustre colega Vasco Sousa”*.-----

-----Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal de 26 de setembro com as duas alterações já referidas.-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções, por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	Abstenção-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	Abstenção-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	Abstenção-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- O PMAM deu conhecimento da correspondência expedida e recebida para além da que constava no documento previamente enviado, tendo referido os pedidos de substituição dos membros da AM. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Foram concedidos 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

-----Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS), “Congratulações de aniversário”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “Congratulações de Aniversário e êxito alcançado”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “Eleição dos novos corpos sociais da Associação Filarmónica União Verridense”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “Eleição dos novos corpos sociais do Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Verride”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “34.º Aniversário do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Moção de Parabéns à Casa do Povo da Abrunheira pelo seu 53.º aniversário”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Moção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, em particular ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Emílio Augusto Ferreira Torrão, à Vereadora Paula Elisabete Pires Costa Rama, ao Vereador José Jacírio Teixeira Veríssimo e à Vereadora, Alexandra Margarida Góis Ferreira”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07.-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Enquanto eleito pelo PS, a moção que acaba de apresentar significaria que esta AM deveria demitir o Executivo e, enquanto membro da Bancada do PS, eu votarei contra a mesma.-----

-----Recordo a AM que efetivamente, apesar de eu próprio ter, em diversos momentos, defendido já que as Assembleias Municipais devem ter um papel construtivo, com a possibilidade de apresentar moções de censura construtivas, tal não faz parte da competência da AM, muito menos demitir o Executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Esta moção, a ser aprovada, é uma censura política, nunca será com os fins que necessariamente são reclamados na própria moção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dúvidas não seriam da minha parte, ouvir o que ouvi, mas V. Ex.^a está obrigado, democraticamente eleito, a proceder e a colocar a este órgão a votação desta moção.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu hoje devo-me estar a exprimir muito mal, porque eu disse, e volto a repetir. Esta moção, a ser aprovada, tem apenas meras funções de censura política e nunca o que é reclamado na própria moção, o que significa, independentemente da votação, que eu próprio já referi que as consequências que reclama, mesmo no caso da mesma ser aprovada, não podem ser eficazes.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu ouvi com toda a atenção e sei perfeitamente os limites regulamentares e regimentais que orientam e normalizam a nossa situação política. O problema que se levanta, não seria alcançar esse objetivo (para mim era bom e para todo o povo do concelho, seria ótimo), mas dada a legislação existente, é apenas efetiva cumulação política, para o povo deste concelho saber quanto anda mal este Executivo. Por isso é que eu requeiro, mais uma vez, do ponto de vista democrático, que ela seja colocada à votação, para sabermos a sensibilidade política do povo deste Concelho.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Falo, nem como eleito do PS, nem como PMAM, mas pergunto aos restantes membros da AM se porventura esteve em dúvida que eu iria colocar a moção à votação. Desculpem mas eu não posso deixar de dizer isto pessoalmente e perguntar se, de facto perpassou pela cabeça de alguém que eu não iria colocar esta moção à votação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Por voto secreto.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado municipal, na sua moção invoca leis, e as leis de voto secreto, dizem claramente que isto não é uma questão de voto secreto. Está no seu direito de a requerer porque é um dos seus direitos, independentemente do assunto. Neste caso, não é nada de voto secreto. E digo isto com toda a frontalidade, a toda a legitimidade e a todos os juristas que se encontrem na sala. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “V. Ex.^a é leigo na matéria, por isso é que lhe perdoou isso. Porque se fosse outra questão e que estivesse aí sentado a proferir as palavras que V. Ex.^a proferiu, realmente indignava-me. Não me indigno porque V. Ex.^a é leigo na matéria, mas o que está escrito na Lei é para se cumprir e V. Ex.^a tem de usar o cumprimento da Lei.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Coloco à consideração da AM se esta moção deve ser ou não por voto secreto, porque como disse, trata-se de uma censura política e não me parece que a censura política tenha que ser por voto secreto. É a interpretação que estou a fazer, nada mais do que isso.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “V. Ex.^a não tem que por à consideração, tem de ordenar a votação secreta de harmonia com a Lei.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor deputado requereu. A AM pode entender que esse não seja o caso, como pode entender que esse seja o caso. Porque há uma discrepância entre o entendimento que faz o PMAM e o Senhor deputado municipal, eu estou a apelar à AM que, é soberana nestes aspetos, que se pronuncie, sobre esta questão.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente não estamos num comício, estamos no exato cumprimento da Lei e, nesse sentido, V. Ex.^a tem que fazer cumprir a Lei, aliás, como é nobreza da sua parte integrante em cumprimento dos regulamentos. Nesse sentido, como não estamos num comício, não tem que pôr em consideração. Tem de levar a votação de harmonia com o requerido. Ou vota ou não vota e diz porque não ordena.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Senhor Presidente, eu iria pedir, se assim o entender, nos desse 2 minutos, para a bancada conversar sobre esta matéria, uma vez que o Senhor nos está a pedir que nos pronunciemos.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “De facto o deputado Oliveira e Sousa está a ter o protagonismo, aqui nesta casa, que não teve em termos eleitorais. Julgo que não é a melhor maneira de fazer querer a todos nós, o resultado que ele mesmo e o partido que representa aqui, embora ele é que também esteja, muitas das vezes confrontado com trevos, punhos fechados, não sei se agora terá outras influências de PND. Este protagonismo, a nós causa-nos alguma impaciência. -----

-----Relativamente a esta moção, convém aqui dizer que a AM não tem competência para demitir as pessoas em concreto, neste caso do Executivo Municipal, nem a CDU alinha, conforme tem sido a nossa postura, neste folclore e “traulitarismo” político que o deputado Oliveira e Sousa nos tem habituado. -----

-----Pelo nosso lado, o voto não pode ser outro, que o voto contra esta moção. Não apoiamos igualmente o voto secreto, a nossa maneira de estar na política é dar a cara. Não nos revemos noutra maneira de votar, a não ser que a lei nos imponha outros modos de pronunciarmos a nossa vontade. Quem quiser dar a cara, que dê a cara por esta moção.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Em resposta ao deputado do PCP ou CDU, ou chamem lá o que quiserem porque disfarçam de foice e de martelo. Ele já bebeu vodka com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

laranja, agora bebe vodka com rosas. Evidentemente que não sabe, é leigo e, por isso, perdoe-lhe a sua ignorância nesta matéria. Mostrou tão somente, a ignorância. Não está habituado, nem atento o seu próprio partido a uma legitimidade democrática, como eu estou aqui presente, pelo povo deste Concelho.-

----- Quanto ao mais, lembro ao Senhor deputado Ricardo Brites, que por sinal também é Sousa, mas não saiu a este Oliveira e Sousa. É um homem canhoto, mas não sabe o que quer. Habituado a viver com vodka laranja e agora vodka com rosas. O problema que se levanta é uma questão de Lei e a Lei aqui não se pode esconder. A Lei é clara neste princípio e a Lei tem que ser e deve ser cumprida como V. Ex.^a sabe e interpreta-a muito bem. Tem que se colocar este assunto à votação secreta porque mexe com as pessoas e é a Lei que o ordena. -----

----- O resto que diz, é estrebuchar naquilo que não podem e não conseguem.”-----

----- O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de dois minutos.-----

----- Após a interrupção foram retomados os trabalhos da AM.-----

----- Usou da palavra o PMAM e disse que: “Como eu tinha referido anteriormente, mesmo que esta moção viesse a ser aprovada, ela não passava de censura política. Durante a suspensão dos trabalhos, fui, naturalmente, consultar quem, neste ponto de vista, assessoria os órgãos do Município, a Dr.^a Andreia Lopes.- -----

----- O PMAM deu a palavra à Dr.^a Andreia Lopes que disse: “Relativamente à questão colocada pelo PMAM, sobre a moção de censura, cumpre-me esclarecer que a moção de censura pode ser apresentada no que se reporta à atividade do Executivo, do Presidente, dos Vereadores. Eu não conheço a moção, mas o que me foi transmitido é que a moção de censura ia um pouco além daquilo que se reporta à atividade, ou seja, o que se estava a solicitar, ou o que continha, em termos de objeto esta moção de censura, tinha a ver com a demissão do Executivo. Tendo em conta este objeto, é minha opinião técnico-jurídica que efetivamente a AM não tem competência para aprovar este tipo de censura, sendo que, como todos sabem, os órgãos dos eleitos locais são eleitos por sufrágio universal e portanto, neste caso, há figuras próprias, nomeadamente quanto há demissão, terá que ser por perda de mandato e, só têm competência para isto, os Tribunais. Poderíamos até, eventualmente estar aqui perante uma situação de usurpação de poderes da AM. É este o meu entendimento, tendo sido isto que transmiti ao Senhor PMAM e é isso que transmito, neste momento à AM.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O que se levanta na apresentação da moção. Ela tem sempre no cerne da questão, uma avaliação e uma crítica política e é nessa base que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

invoquei a Lei para ser votada secretamente porque tem a ver com as pessoas. Invoquei a Lei e, isso é o que deverá V. Ex.^a cumprir. -----

-----Quanto à outra parte de pedir a demissão do Presidente da Câmara e dos Vereadores, isso só diz respeito a eles, e se tiverem consciência dos seus atos. Se a consciência deles, não for pesada, então continuem, mas se a consciência deles e as asneiras que façam, não lhes pesam, então o povo analisará. A minha intervenção teve tão-somente nesta moção e a crítica política deste Executivo. Não perseguia, nem entenderia legalmente a minha parte, nem está previsto na Lei a demissão dos mesmos, mas se a consciência deles, que é leve, pelo que estou a ver, mas se lhes pesasse e tivessem a coragem de o fazer, demitiam-se. Por isso é que a moção tem origem política para ser analisada por todos os eleitos democraticamente aqui como eu e como todos.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente àquilo que disse, eu volto a dizer. Trata-se, na minha perspectiva, de uma censura política, porque só assim pode ser admitida. Sendo uma censura política, é entendimento que essa moção não carece de votação secreta e, neste caso, como todos os Senhores deputados municipais, para toda e qualquer votação podem requerer isso, evidentemente que o Senhor deputado Oliveira e Sousa requereu essa questão. O entendimento é que é uma censura política e, a censura política necessariamente, faz-se nesta AM, mas não carece de voto secreto. Porque senão teremos de fazer voto secreto para qualquer ato de censura política na AM.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, então a interpretação que eu acho, depois de ouvir as suas duntas palavras é que não vai proceder ao voto secreto desta moção e, se não o fizer, eu desde já reitero que quero fazer um protesto.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Como referimos há pouco, o nosso entendimento sobre a matéria, não compete a esta AM eleger ou aprovar os Vereadores do Executivo. Isso vem do sufrágio universal, são eleitos, ocupam os seus lugares com todo o mérito e com a escolha popular. A AM não tem competências para demitir Vereadores. No caso de existirem algumas lacunas do próprio regimento e segundo a Lei 75/2013, compete à própria mesa interpretar essas lacunas e decidir sobre isso.

-----Assim, entendemos que esta moção que tem como pressuposto a demissão de Vereadores deste Executivo e, na nossa opinião, nem sequer devia ser aceite pela mesa para propor a votação.” -----

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “o entendimento da bancada também é no sentido do que disse o deputado municipal Ricardo Brites. Efetivamente a questão que se coloca, em primeiro lugar, é da aceitação ou não desta moção pela mesa. Porque também entendem, tal como a Dr.^a Andreia Lopes, se a AM não tem competência para isso, ela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18**

não deve ser aceite pela mesa. É essa a nossa postura e queremos ver essa questão primeiro clarificada, porque não tem sentido para nós a votação desta moção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Também somos de opinião de que a aceitação desta moção, em primeiro lugar, terá que ser questionada. Pensamos que estamos a devotar demasiado tempo e atenção a um tema que o não merece. A votação revela-se indiferente, para um tema que não tem qualquer efeito, que não o de fazer perder tempo a este órgão. Não me parece que a população da nossa terra fique satisfeita, ou sequer dignificada com este desperdício de tempo e de recursos. Esta moção não passa de um malabarismo político da parte do Senhor deputado Oliveira e Sousa, incluir o nome de pessoas na moção, tentando fazer uma votação, parece-me um bocado forçado. -----

----- Confesso que, sendo esta a minha primeira experiência, enquanto deputado municipal, esperava maior objetividade e trabalho efetivo deste órgão que nos representa e não este excesso de protagonismo constante e inconsequente por parte do Senhor Deputado Oliveira e Sousa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) e disse: “Relativamente às palavras proferidas pelo deputado Ricardo Brites, tenho que lhe dizer que não coloquei a questão que ele referiu e, fui bastante claro, no sentido de dizer que a moção é tão-somente política, no acompanhamento e na apreciação política e não na demissão do Executivo. No entanto, não deixei de referir a consciência de cada um para o efeito. São problemas deles. É problema de *per si*. -----

----- Quanto a esta intervenção deste deputado do PS, Jorge Santana, eu não sei se ele está habituado só a levantar o braço porque deputados municipais eleitos só para levantar o braço, não têm interesse no conjunto e no trabalho deste Município. Tem interesse é trabalhar, estudar e colocar questões independentes do Executivo e seja de cada um, livremente para que nós prossigamos os nossos trabalhos. V. Ex.^ª apenas referiu a submissão que está e não colocou a questão do trabalho. Eu não quero protagonismo, quero trabalho porque fui eleito no Movimento Independente de Cidadania, integrado no MPT, que não está obrigado a ninguém para dar dignidade e esperança às pessoas. V. Ex.^ª não foi eleito a levantar o braço, isso não. Senhor deputado, nós estamos aqui para trabalhar e para dignificar as pessoas do nosso Concelho. Não é para estarmos submissos a quem V.Ex.^ª elege e é por isso tão só, que eu coloco a questão que, politicamente, deve ser votada por voto secreto, tendo em atenção as pessoas que são referidas. É uma questão política e a Lei prevê isso.” -----

----- Usou da PMAM que disse: “Este assunto está encerrado. A mesa decidiu não admitir a moção à votação.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) fazendo o seguinte protesto: “Lamento que o deputado pelo Movimento Independente de Cidadania, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, integrado no MPT, e que foi eleito com legitimidade democrática a este órgão, e aqui apresentou esta moção para que todo o povo deste concelho saiba o que é que este executivo faz e anda a fazer, e o que não faz, e promete, e mente, e as obras não se realizam porquê? Realmente é indigno este órgão cercear a voz do povo deste concelho. No entanto, este requerimento foi apresentado com base legal e limitava-se tão só ao critério e à avaliação política de todo o Executivo e por isso a lei é clara, devia ser posto à votação secreta deste órgão. A interpretação que V. Ex.^a faz é realmente má, e não é democrática, foi realmente unilateral, não estendeu a lei, e por isso farei questão de recorrer ao lugar competente para este efeito.” -----

-----Intervenção solicitada pelo membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) “Estradas de ligação da margem esquerda do Mondego ao Concelho”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

-----Intervenção solicitada pelo membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) “Obra da Rua José Augusto Mendes dos Santos em Pereira”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 09, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

-----Recomendação apresentada pelos membros Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) “Municipalização da Educação”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 10, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

-----Recomendação apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Municipalização do Setor do Ensino”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 11, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

-----Pedido de Esclarecimento apresentado pelos membros Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) “Pedido de esclarecimento sobre o Conselho Municipal de Segurança de Montemor-o-Velho”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 12, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

-----Requerimento subscrito pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Pedido de esclarecimento sobre tomada de posição relativamente ao teor das conclusões do relatório da Deloitte Consultores”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 13, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Requerimento subscrito pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) “Pedido de informação escrita sobre a comissão nomeada para a Urbanização da Quinta de São Luís, relativamente à receção definitiva da urbanização”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 14, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação.-----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A primeira questão que deixo, até é mais para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é o seguinte, eu tenho conhecimento que há algumas bancadas de algumas Assembleias Municipais que têm outra disposição. Como ouvimos sempre, em todas as Assembleias o Senhor deputado Oliveira e Sousa, que acha que fica um pouco isolado, porque não perceber como estão dispostas as bancadas em outras Assembleias, como por exemplo em Soure? E porque não estudar outro modelo para aqui? Trata-se apenas de uma sugestão.-----

----- Quero dizer tanto ao deputado Ricardo Brites, como ao deputado Oliveira e Sousa nos pontos focados sobre a Municipalização da Educação, apesar de ainda não termos discutido isto na nossa bancada, eu quero dizer que em meu nome pessoal, não posso estar mais de acordo com aquilo que foi aqui dito. Escreveram bem, estava bem elaborado e fundamentado e, de facto, essa é também uma preocupação minha que irei transmitir à minha bancada e revejo-me completamente no que escreveram e no que leram.- -----

----- Relativamente ao Senhor Presidente de Câmara, eu gostaria de saber se nos acordos com as juntas de Freguesia, já se retificaram o número de salas de aula que estava nas grelas anexas, até porque isso reflete uma determinada quantia a ser transferida e, em virtude desta ter sido uma recomendação desta bancada, que se criasse um critério que fosse transversal, o mais equilibrado e o mais democrático possível em todas as freguesias. Gostaria de saber se essa retificação foi feita, uma vez que nós demonstrámos aqui que essa contabilização estava feita sem critério e, portanto, punha um pouco em causa, aquilo que se pretende dos acordos de colaboração que se querem o mais transparentes, democráticos, equilibrados e justos para todas as Freguesias. -----

----- Há uma situação que não posso deixar passar que tem a ver com o comunicado da Câmara Municipal que foi distribuído à população sobre a atual situação financeira do Município e que, muitas pessoas me abordaram e me questionaram porque é que, depois de tanto alvoroço no início do seu mandato com os 61 milhões de euros, tendo agora chegado à conclusão dos 9 milhões, depois de todos os gastos com a Deloitte. Não sei porque é que foi feito. Não sei quem é que assessorou o Senhor Presidente para fazer este comunicado, mas vou-lhe dizer que as pessoas que falaram comigo, não acharam muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

bem a Autarquia andar a gastar do seu erário público, que é de todos nós, para fazer estes esclarecimentos que, até iam contra aquilo que inicialmente tinha sido veiculado pela Comunicação Social à época, há mais de um ano atrás. Não posso deixar de transmitir aqui, neste órgão porque sou deputada municipal, a nossa bancada representa alguns milhares de votos e, portanto temos também que transmitir aqui, aquilo que as pessoas nos dizem. -----

-----Quero fazer referência a uma outra questão que tem a ver com uma menção honrosa que foi ganha com a questão do ascensor e do percurso pedonal assistido de Montemor-o-Velho, do acesso à encosta do Castelo. O Município foi a entidade promotora, ganhou esta menção, é um pouco desconhecido da maioria das pessoas, mas este é um Prémio atribuído pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. -----

-----Este prémio consiste na atribuição de distinções de prestígio a empreendimentos de habitação, interesse social a obras de reabilitação no meio urbano e a trabalhos de produção científica. -----

-----O prémio encontra-se estruturado em três variantes: a de construção, a de reabilitação e a da investigação. Cada uma com linhas específicas. Eu poderia ler os objetivos deste prémio, mas não o vou fazer porque senão iremos alongar demasiado esta AM. -----

-----Perante esta atribuição eu queria perguntar ao Senhor Presidente se foram receber este prémio, pois não vi, como é habitual, na página da Câmara Municipal, qualquer referência a este facto e nós vemos e sabemos que na página da Câmara Municipal se publica tudo. -----

-----Por outro lado, também queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara como é que está a pensar divulgar este prémio, que dignifica e valoriza a vila de Montemor-o-Velho e também o seu concelho.”-----

-----Pedi a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Em primeiro lugar e, em nome da bancada do PS, congratulamo-nos pelo facto de ter sido realizado um estudo de análise ao tecido empresarial concelhio, bem como a produção de um folheto de divulgação de resultados que será, no nosso entender, determinante para posteriores ações de formação e de sensibilização relevantes para o desenvolvimento económico do nosso Concelho. Conhecendo nós muito bem, o Senhor Presidente da Câmara, não temos dúvidas, que juntamente com o seu Executivo passará aos atos e não deixará única e simplesmente este estudo, que consideramos relevante, na gaveta. -----

-----Em segundo lugar, queremos realçar o pagamento que foi feito às associações e aos clubes concelhios de verbas que estavam por liquidar e foram liquidadas. Apraz-nos muito esse facto, de 500.000€ terem sido liquidados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

----- Quero também enfatizar o facto de terem sido alterados os parâmetros de atribuição de verbas às associações e aos clubes concelhios. Consideramos que hoje existe maior justiça na atribuição dos subsídios, porque todos nós e, principalmente aqueles que são dirigentes associativos, têm conhecimento das verbas que são entregues a cada associação e quais são os critérios que definem precisamente a atribuição dessas mesmas verbas. -----

----- Queremos também e, já é um compromisso do Senhor Presidente da Câmara, tendo sido dito por ele várias vezes, que os subsídios são para pagar a tempo e horas. Obviamente que nos congratulamos e queremos aqui realçar esse facto porque é determinante que as associações e os clubes recebam as verbas que lhes são contempladas, a tempo e horas para fazer face às suas despesas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A minha intervenção vem na senda de outras intervenções que tenho vindo a fazer nesta Assembleia que se prende com um troço de estrada que existe na União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, que é entre a passagem de nível de Verride e a passagem de nível da Caixeira, que desde há um ano a esta parte, está completamente intransitável. Aquela era a ligação principal que os habitantes da Caixeira tinham para ir para as suas casas e, já houve uma pequena intervenção há cerca de dois meses, mas a verdade é que essa intervenção não foi suficiente para tapar os buracos existentes. Porque realmente já não são buracos; já passam de um lado ao outro da estrada, tenho vizinhos que já ali tiveram diversos acidentes. Para que as pessoas se dirijam à Caixeira por outro lado, têm que subir Verride e descer numa cortada à esquerda, mas também essa estrada é pequena e, em certas zonas só consegue passar um veículo de cada vez. Também é verdade que a Junta de Freguesia já fez lá uma intervenção no sentido de haver ali um pequeno alargamento da via, mas evidentemente que não tem sido suficiente porque têm sido inúmeros os acidentes que têm existido ali, não com gravidade, mas a situação já se arrasta há algum tempo e começa a ser dispendioso e aborrecido para as pessoas, até porque acaba por ser um mau cartão de visita para quem visita a Caixeira, porque as duas vias de acesso principais, que existem atualmente, não estão em condições de transitar e deixava aqui o repto. O Senhor Presidente, uma vez respondeu-me que por uma questão de prioridade ainda não tinha tratado desse assunto, mas enquanto habitante da Caixeira e munícipe deste Concelho, gostaria e agradecia que quando houvesse a oportunidade, a situação ficasse resolvida.” -----

----- Pediu a palavra o PJF de Pereira, Rui Almeida que disse: “Não poderia passar sem agradecer publicamente ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, o esforço feito para a conclusão da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

obra de saneamento básico dos Casais Velhos e Casal do Minhoto. Obra há muito desejada pelos habitantes daqueles lugares da Freguesia. -----

-----Se me permite, a título informativo, explicar que os jardins da Urbanização da Quinta de São Luíz, ao abrigo do acordo de execução lavrado entre a Junta de Freguesia de Pereira e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, está a ser executado e temos o feedback de que está a ser executado de forma muito mais cuidadosa do que era executado com o anterior prestador de serviços. Falo nomeadamente da retirada dos resíduos orgânicos do corte da relva dos jardins em causa. Referenciar também que o busto referido que está na praça central, foi lá colocado pelo urbanizador durante a construção da própria urbanização, e quando nós compramos uma casa decorada, cabe-nos a nós tirar ou não os quadros que lá encontramos dentro. -----

-----Para terminar quero agradecer também o trabalho realizado na remoção dos lixos depositados abusivamente entre o Traveiro e a EBI de Pereira. Quero referir que foram unicamente 90 toneladas de resíduos. É de facto muita falta de civismo.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com atenção a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Pereira. Realmente foi eleito há pouco tempo, é um rapaz que permita-me o termo, em termos pessoais e afetivos é assim que o trato. É um homem com dignidade, mas efetivamente há coisas que disse que não correspondem verdadeiramente à verdade. Porque o saneamento feito nos Casais Velhos e Casal do Minhoto já tinha sido lançado pelo anterior Executivo. Quanto às obras lá realizadas... Meu Deus... Senhor Presidente da Junta, o Senhor passa lá? Acha que aquilo, o tapete que lá está instalado, aqueles buracos, aquilo é uma obra digna? Quantos meses é que não andou o Senhor Presidente da Câmara para reparar aquilo? Está lá uma vergonha. -----

-----Quanto ao problema que se levanta dos resíduos sólidos no Traveiro, é outra ineficiência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Tem lá funcionários que não fiscalizam, não passam as coimas, não sabem quem é. Você é boa pessoa, mas não chega, tem que ser executivo, tem que estar presente. ----

-----Quanto ao cortador da relva da Urbanização e tudo mais e quanto ao gosto, quando referiu que quando se compra uma casa, se tiver lá um quadro, pode-se mudar ou não, isto aqui é diferente, Senhor Presidente. Estamos a falar na causa pública, de uma coisa pública. E nos bustos e nas estátuas das Praças Públicas, estão aquelas individualidades com nobreza sua e o seu trabalho, que se distinguem além dos outros, para merecer o respeito por todos. Senhor Presidente da Junta, a do urbanizador? E esta? Dá para dizer isto. Vamos lá ter efetivamente dignidade na causa pública, nas coisas públicas e saber quem autorizou. Se foi o Senhor Urbanizador que por alta recriação pôs lá o seu busto, oh meu Deus... Não pode

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

ser! Nós temos leis, temos regulamentos. E por isso eu digo aqui no requerimento do MPT (anexo 14) que estas coisas não podem acontecer. Têm de ser levadas para locais próprios. Efetivamente se o povo assim o entender e deixá-lo lá, muito bem, mas tem que ir a um órgão decisor. Devia ser aprovado nesta Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, doutro modo não pode lá continuar, e nesse sentido, deve ser removido.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Em primeiro lugar, a CDU também se congratula pelo recente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e pelos serviços responsáveis por essa elaboração relativamente ao catálogo do tecido empresarial do Concelho. Era uma ambição que a CDU também tinha há bastantes anos para a nossa terra. É uma excelente ferramenta de trabalho, de divulgação. Vamos esperar que ao longo dos próximos tempos seja atualizado para que os empresários, comerciantes e demais instituições que numa primeira abordagem se mostraram menos recetivos para este projeto, que de facto forneçam a informação necessária para que seja um manual de trabalho mais elaborado e com mais informação para estar disponível, quer das entidades competentes, quer dos munícipes, para consulta, para divulgação e para se tornar numa ferramenta de trabalho importante. -----

----- Outra questão que queria aqui colocar, também tem a ver com o folheto com que todos os membros desta Assembleia foram presenteados, relativamente aos novos tarifários de água e saneamento do Município de Montemor-o-Velho. A CDU tomou uma posição muito clara relativamente a este assunto, tem a sua interpretação dos números. É uma interpretação política, nada mais do que isso e, só isso é suficiente para ter a sua importância. Assim, ao longo destas últimas semanas temos assistido a uma campanha, por parte do Senhor Presidente da Câmara e de alguns técnicos da Autarquia, freguesia a freguesia, para que esclareçam, no nosso entendimento, o abrupto e injustificado aumento da água e do saneamento no nosso Concelho. Para nós é importante esclarecer que, é nosso entendimento, que não é verdade que a rede de água e saneamento de Montemor-o-Velho, seja a 4.ª água mais barata do país. Segundo um estudo que foi divulgado e do qual tenho cópias em meu poder, do jornal Público, Montemor estava na posição 190, o que significa que tinha ainda mais 117 Municípios mais baratos do que nós. Neste sentido, um dos principais argumentos é desmentido por estas outras notícias e resultados sobre o custo da água. -----

----- É nosso entendimento que também não é verdade, quando se fala sobre a imposição da União Europeia de que o setor da água e do saneamento esteja financeiramente saneado, incluindo os 43 milhões de euros que são apontados como necessários para a reparação e manutenção da rede até 2045. Convém esclarecer também que, se é objetivo desta Autarquia candidatar-se à renovação e reposição da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

eficiência da rede aos fundos comunitários, o apoio a fundo perdido será certamente na ordem dos 85%, o que significará que desses 43 milhões que estão indicados que são necessários, o Município apenas necessitará de 6 ou 7 milhões de fundos próprios para o devido investimento e não a totalidade desse investimento. -----

-----Também o saneamento, e aqui por motivos diversos, alguns deles têm a ver com o facto de algumas redes ainda não estarem devidamente acabadas e com as ligações legalizadas, é importante também esclarecer: contabilizou o presente estudo quantos contratos e, neste caso, quanto de receita, que é isso que importa aqui saber, para o Município falta contabilizar para os próximos anos, nas redes que estão em fase de conclusão ou que ainda faltam concluir? Ou estão ainda previstas algumas medidas que possam corrigir alguns dos erros que permitem que muitas das águas pluviais vão parar às ETAR's? De cerca de 1.100.000 m³ de águas residuais tratadas que custam dinheiro ao Município, apenas cerca de 600.000 m³ são efetivamente faturados. São estes alguns dos pontos que a CDU gostaria de ver esclarecidos. Não podemos estar ao lado desta maneira de financiar, ainda não sabemos bem o quê. Para financiar a rede de águas e saneamentos, entendemos que não é certamente. Porque se a análise for séria e se forem tomadas medidas no sentido de corrigir o principal problema da nossa rede: fugas, perdas e furtos, o sistema municipal será certamente autossustentável.-----

-----Senhor Presidente, resolva primeiro os problemas, apresente resultados sérios de custo e receitas, e depois ajuste as tarifas. Vai ver que não dá em nada. -----

-----Ficará de consciência mais leve e acreditamos que no final as tarifas não terão o aumento abrupto que está previsto a partir de janeiro/fevereiro.-----

-----Entendemos também que não tem este sistema que dar lucro. É serviço público, é dos munícipes, não tem que ser pago mais do que aquilo que a exploração, distribuição e manutenção e próprio investimento requer.-----

-----Talvez a ânsia desmesurada da reeleição que, nos mesmos moldes do passado, caminhos seguidos pelos anteriores executivos, levaram ao estado financeiro a que chegou o Município, expliquem os aumentos que o Senhor Presidente da Câmara e o Partido Socialista vão impor aos munícipes. No final do primeiro trimestre de 2015, todos nós iremos sentir no bolso, o peso das faturas relativas a janeiro e fevereiro, e o Senhor Presidente da Câmara irá continuar a justificar-se com um estudo encomendado para o efeito, que não justifica nada do que se pretende.-----

-----Queria ainda dizer e, no seguimento daquilo que a Senhora deputada Cristina Jorge aqui referiu, sobre o ascensor, que a CDU propôs que a Câmara Municipal recebesse o prémio lá em cima e que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

entidade promotora do prémio fosse lá acima levar o mesmo. O problema é que naquele dia, o ascensor não funcionou, obviamente que estou a ser irónico. -----

----- Também nós estamos orgulhosos pelo projeto e pelo prémio recebido, serve sem dúvida para divulgar o nosso Concelho. Fomos uma das forças políticas que sempre esteve ao lado do projeto, agora digamos que os problemas técnicos que resultaram do modo como a obra foi feita, do modo como a obra foi projetada, de facto é um problema neste momento carece de ser resolvido, reformulado e encontrar uma solução para que seja uma mais-valia e que não seja um prémio em vão, mas aquilo tem de trabalhar de alguma maneira.”-----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara, como é meu apanágio, desta vez para lhe agradecer e o felicitar por uma primeira intervenção. Quero frisar que é uma intervenção parcial, é uma resolução do problema que tenho vindo a trazer aqui, de uma situação na Rua Principal do Viso, na Freguesia de Liceia. Houve uma primeira intervenção, é real. A resolução daquilo que causava o problema tá feita. Agora, o problema continua lá. É claro que eu não podia esquecer-me disso, só porque fez um bocado. A realidade é esta. Fez a primeira parte, que eu agradeço. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem razão quando afirma que era um problema antigo, eu não discuto isso. Agora, obviamente que deve ser resolvido na sua totalidade. -----

----- Aproveito também para frisar uma situação, que por lapso na última Assembleia não trouxe, mas já tinha trazido nas outras, que é no entroncamento que finda a Rua do Apeadeiro de Liceia, que nesta altura é uma autêntica segunda piscina Municipal. Por acaso o piso até está bom nesse local, mas arrisca-se a ficar em muito más condições, para além de provocar possivelmente, aquaplanagens constantes, com bastante regularidade e, como se sabe a aquaplanagem é uma situação em que o condutor acaba por perder o controlo total sobre o veículo e, como o lençol de água que se acumula no espaço é muito grande, então aconselho a que o problema seja resolvido o quanto antes.”-----

----- Pediu a palavra o PJP de Santo Varão, João Girão que disse: “Quero agradecer ao Senhor Presidente pela coragem e desempenho que tem tido no cumprimento da obra de saneamento na minha freguesia que, tinha sido lançada com pompa e circunstância, no dia 25 de abril de 2013, pelos anteriores Executivos quer da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia de Santo Varão, no campo de futebol Dr. Garcia de Andrade em Formoselha, e que se encontrava como que ao abandono, há largos meses, quando este Executivo tomou posse, tendo a empresa construtora abandonado a obra com justificação de falta de pagamentos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Nesse lançamento, recordo-me perfeitamente de uma freguesa minha ter questionado o Ex-Presidente da Câmara sobre a colocação de gás natural na Rua do Progresso, atendendo a que a mesma iria ser intervencionada para a colocação do saneamento, era de bom-tom deixar também a instalação do gás natural para evitar outros rasgos posteriores, ao que levou resposta do Senhor Presidente da Câmara, à altura que o gás natural era feito por uma empresa privada e, como tal, nada podia ser feito pela Câmara. O que é certo, é que através de diligências da Junta de Freguesia e com o apoio do Executivo da Câmara, o saneamento está pronto na referida Rua e o gás natural também lá está instalado. -----

-----Quero por isso, e pelo acompanhamento que os Serviços da Câmara e o seu Executivo, têm dado às constantes reclamações, face às anomalias que têm aparecido na obra (sim, porque as anomalias também têm aparecido na obra), deixar o meu agradecimento e dos fregueses da minha Freguesia, pelo desempenho na resolução das mesmas.-----

-----Quero também aproveitar esta minha intervenção para parabenizar o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo, pelo cumprimento dos acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. É certo que nós, Presidentes de Junta, queremos sempre mais e podemos dizer que o valor é pouco, mas neste momento de crise, o facto de podermos receber atempadamente, ao contrário de outros tempos, lembrando aqui eu, que existe ainda na minha Junta de Freguesia, um saldo credor de 5.150€, desde 2011, que a Câmara Municipal tem de nos pagar, também é bom para nós que possamos cumprir com os nossos compromissos, recebendo atempadamente. Por tudo isto quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e à sua equipa.-----

-----Queria ainda deixar uma nota relativamente ao referido pelo deputado Oliveira e Sousa. Na realidade, parte do lixo do Traveiro, encontra-se na Freguesia de Santo Varão, no limite com a Freguesia de Pereira. Está do lado da rua do nosso limite. Realmente foi uma ação contínua, conjunta entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Santo Varão, a Junta de Freguesia de Pereira e a ERSUC. Essas 90 toneladas foram tiradas, como é óbvio pela ERSUC e pela Câmara, porque são eles que têm as máquinas, mas mediante muita pressão das Juntas de Freguesia de Pereira e Santo Varão. Esse lixo tem a ver com civismo. Não podemos de maneira nenhuma colocar lá os funcionários da Junta a guardar as pessoas que lá vão colocar o lixo, porque senão eles não fazem mais nada. Senhor deputado Oliveira e Sousa, acho que o que lhe falta é passar um bocadinho por estas entidades e, aí sim já sabia que nós não podemos pôr as pessoas a tomar conta do lixo. Nós temos que pôr as pessoas a retirar o lixo.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Usou da palavra o PMAM informando que, uma vez que não há mais nenhuma inscrição, irão passar ao ponto 2 da OT, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, não só para esse ponto mas, sobretudo para algumas das questões que lhe foram colocadas.-----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro**-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à informação escrita, penso que a mesma está devidamente prestada no documento que foi remetido.-----

----- Em relação às questões que me foram colocadas, eu não me dou ao trabalho de responder a todas as questões e afrontas que me são colocadas, faço-o por respeito institucional pelas pessoas e por aquilo que represento. No que diz respeito à intervenção do membro Oliveira e Sousa nesta AM, eu tenho um código de ética, diferente do seu. Eu fui educado para ter respeito pelas pessoas. Penso que tivemos educações diferentes. O meu código de conduta, também é diferente do seu. O meu respeito pelas instituições democráticas, por esta Assembleia, pelo órgão a que eu presido, pelo Executivo Municipal e pelas pessoas que os compõem, também é diferente do seu. Por isso, lhe quero dizer que a minha conduta para consigo vai mudar. Seja aqui, seja lá fora, porque eu não sou hipócrita. Eu vivo neste mundo, tenho uma só cara e por isso mesmo, quem não se sente, não é filho de boa gente. E, por isso mesmo, porque penso que é o único nesta sala que pactua com aquilo que aconteceu na anterior Assembleia Municipal, ainda por cima, não esteve presente e dá por assente um conjunto indeterminado de situações e de factos, que nem sequer mereceriam a sua posição, porque efetivamente não esteve presente. Porque nunca me interpelou sobre este assunto e, os homens com H grande, falam olhos nos olhos, interpelam-se e criticam-se e, para terem o H grande na sua designação, têm que ter essa postura. Têm que ser iguais aqui, nesta sala e lá fora. Por isso, quanto às razões do meu abandono, estão aqui explícitas, são aquilo que eu aqui disse: eu tenho um código de conduta, tenho um código de ética, tenho uma educação e, por isso mesmo, também tenho um respeito muito grande pelas instituições e pelos órgãos democraticamente eleitos. Porque falamos de órgãos democraticamente eleitos, também lhe quero dizer e lembrar, porque é um jurista. O artigo 44.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que se chama o princípio da independência dos órgãos das Autarquias Locais e o artigo 45.º é o princípio da especialidade. Vá ler esses artigos e vai perceber porque é que eu me abstenho sequer de comentar as suas afirmações. Mais lhe quero dizer e corroborando o que aqui já foi dito, que o povo deste concelho merece melhores políticos, melhores deputados municipais do que aquilo que o Senhor tem aqui demonstrado nesta sala. Precisam de pessoas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

que defendam os seus interesses; precisam de pessoas que defendam as suas causas e que não façam ataques pessoais. Que não façam o festival, o folclore que aqui foi feito e não corroboram com atitudes menos dignas de outros que tiveram momentos infelizes, ou que também não têm os mesmos valores que a esmagadora, se não a totalidade dos demais membros desta casa. -----

-----Quero demarcar-me dessas pessoas e demarco-me hoje aqui, de uma vez por todas, e vamos continuar a construir um Montemor diferente, um Montemor mais bonito, mais aprazível, com melhor qualidade de vida e, vamos também, elevar a política, porque é dessa política que eu gosto e que todos aqui gostam, de certeza, nesta casa. Eles estão aqui, dão tempo do seu tempo a estas causas porque gostam da política e gostam da política com elevação.-----

-----Quanto à moção de censura, eu por ironia, até gostava que fosse votada, era bonito, até com voto secreto. É uma ideia que, não deixa de ser peregrina. Como é que alguém com formação jurídica, não percebe que há dois órgãos eleitos por sufrágio universal, independentes, ou seja, cada um foi eleito de forma independente e que, o atual Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, ganhou as eleições, e não é o deputado Oliveira e Sousa, por mais que se esforce, que vai tirar essa qualidade ao atual Presidente da Câmara. Ainda que faça coisas que ele não goste, não entende e não aceita aqui nesta sala, porque lá fora diz outra coisa completamente diferente ao atual Presidente da Câmara. Aliás, isto também já é conhecido de todos. Como defendo políticos com uma só cara, eu disse aqui, que irei mudar a minha atitude para com este tipo de pessoas que intervêm nestes órgãos para ganhar protagonismo, para ganhar na secretaria, aquilo que não conseguiram ganhar no terreno dos votos. Sempre que ouço estas pessoas falar, felicito aquelas pessoas que foram derrotadas nas eleições e que, com grande elevação, aqui estão a defender os interesses dos seus eleitores, de forma digna, de forma elevada e de forma muito construtiva. Parabéns aos vencidos, porque são eles que exigem e são eles que fazem com que os vencedores sejam mais profícuos e mais competentes. Muito obrigado pela vossa atuação. Obrigado àqueles que fazem política construtiva. -----

-----Quanto à intervenção que me suscitaram sobre as estradas da margem esquerda de Montemor, eu quero dizer à deputada Adelaide Medina, que este projeto não tem contrato e gostaria que me encontrasse as parcelas expropriadas porque eu ando à procura delas. Sabe que eu não lhe minto e, provavelmente, estarão aí pessoas que sabem que eu já perguntei muitas vezes por isto. Essa obra, mesmo que tivesse contrato, não tinha visto do Tribunal de Contas. Como deve ver pelos documentos financeiros que lhe foram distribuídos, não há fundos disponíveis. Se deve pedir explicações não é a mim, nem a este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

Executivo, mas a quem deixou a Câmara no estado em que está e o projeto no estado em que ficou. Lamento, mas não posso dar mais nenhuma informação, nem a posso ajudar mais. -----

----- Quanto à Rua José Augusto Mendes dos Santos, há aqui também um pequeno erro, aquilo que este Presidente de Câmara fez foi uma coisa tão simples, nem a hecatombe de todos os projetos do Mais Centro, eu pugnei para que este projeto fosse financiado e pugnei seriamente, e fi-lo com afinco e dedicação. Como sabe, eu já disse aqui, que era um projeto que era reclamado sucessivamente por várias pessoas, que não exigia visto do Tribunal de Contas e o único problema que este projeto tinha, era a não-aceitação da solução pelas pessoas. Aquilo que promovemos foi, em tempo record, uma discussão pública de urgência na Freguesia, com a colaboração do Senhor Presidente da Junta e, encontrámos uma solução para a insatisfação das pessoas. O que eu quero que perceba é que o projeto e a candidatura já lá estavam, a única coisa que o Mais Centro solicitou ao Presidente da Câmara era garantir que tinha recursos financeiros para pagar esta obra e, eu comprometi-me pessoalmente perante o Mais Centro de que iria cumprir financeiramente a execução do projeto. Quero-lhe dizer que estou a cumprir escrupulosamente o compromisso que assumi e por isso a minha palavra, a palavra que dei, está a ser honrada e a obra está a ser executada. Quero-lhe dizer que não deixo de estar atento às reclamações ao projeto que já existia, como sabe, uma candidatura destas não se faz num mês porque tem requisitos muito extensos, sendo um processo que já vinha de trás e a nossa Chefe de Divisão, eu sei, foi lá recentemente falar com todas as pessoas. Eu próprio, nas sessões de esclarecimento que fiz da água e noutras ocasiões já prestei os esclarecimentos. O projeto esteve em discussão pública. Aquilo que se está a passar é que a obra está a ser executada por fases. Só se pode ter uma visão global da situação no final, sendo certo que as recomendações que eu fiz à Chefe de Divisão, foi de que corrigisse, dentro do possível, todas as situações, mas nunca se esqueça que há um contrato, há um caderno de encargos, há um projeto que tem que ser cumprido. -----

----- Tudo o resto que referiu eu irei transmitir à Eng.^a Isabel Quinteiro e iremos ter atenção a isso, mas não podemos é adulterar o projeto e/ou a candidatura. -----

----- Vou-lhe dar um exemplo: porque os canhões de rega de um sintético, não estavam colocados à altura que estava no projeto, foram-nos descontados. O Mais Centro é muito rigoroso e, por isso mesmo, temos que ter em atenção que estas alterações, muitas das vezes as pessoas pensam que são coisas fáceis, não podem ser feitas num projeto financiado. A Eng.^a Isabel Quinteiro já tem orientações da minha parte para fazer as correções que puderem ser feitas. Se a deputada Adelaide Medina tiver dúvidas, pode-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

dirigir à Chefe de Divisão e peça-lhe quaisquer explicações e exija-lhe o que entender, porque eu só tenho a agradecer-lhe se tiver esse comportamento. É assim que se constroem melhores soluções.-----

-----Em relação à intervenção do deputado Ricardo Brites, já é sabida a minha posição, já a tomei em função de igual interpelação pelo Vereador Jorge Camarneiro. Quanto à municipalização da educação, tem a minha total solidariedade e mais do que isso. Tem o meu compromisso aqui de que eu, voluntariamente, não sou cobaia de rigorosamente nada, não tenho nada a ver com esses projetos e, muito menos quero alguma vez pactuar com as ideias peregrinas deste Ministro da Educação. Estarei ao seu lado, ao lado de todas as pessoas de bom senso nesta demanda contra este projeto sem qualquer cabimento. -----

-----Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, pediu informação escrita e ser-lhe-á fornecida nessa modalidade. -----

-----Quanto à intervenção da deputada Ana Cristina Jorge, os acordos de Execução com as Juntas de Freguesia já estão aprovados e deliberados. Há um acordo entre todos os Presidentes de Junta e o Presidente de Câmara sobre a execução dos projetos. Estão a decorrer dentro do possível, de uma forma aceitável. Não tenho qualquer reclamação de maior, a não ser pequenas situações nomeadamente por as máquinas estarem avariadas ou outras pequenas ocorrências, que não me parece que sejam sequer relevantes para pôr em causa o trabalho que foi feito. -----

-----Existe o compromisso de, se for caso disso, rever, mas eu chamo-lhe a atenção e peço-lhe desculpa de insistir nisto, de que na altura isto foi esclarecido e, portanto, vamos ver se até, inclusivamente, há lugar a alguma alteração. De qualquer forma, eu estarei sempre disponível porque eu gosto das coisas transparentes e justas. O dinheiro está adjudicado, repartido e vai ser pago dentro dos *timings*. Neste momento estamos a exigir dos Presidentes de Junta os relatórios finais de execução para que se possa efetivamente proceder ao pagamento, porque sem esses relatórios, não há pagamentos. Isto não tem nada a ver com aqueles protocolos que se falou aqui já há uns tempos atrás. Isto tem regras muito próprias. Imagine que nós atribuímos 500€ para o conserto de x objetos, isso é uma contabilização média, porque nós não vamos lá andar a tentar perceber se gastaram os 500€ na reparação daqueles objetos todos. Portanto, tem que perceber que os acordos de execução têm este critério de atribuição e não é uma questão de injustiça, é uma questão de funcionamento dos próprios acordos. Imagine que o Presidente de Junta tem a felicidade de não gastar um cêntimo naquelas salas de aula. Não lhe vamos pedir a devolução do dinheiro, como deve perceber. -----

-----Estou a tentar ajudá-la porque acredito que sempre que faz críticas, o faz de forma construtiva. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

----- Quanto à questão dos 60.000.000€, eu lamento que continuem com isso. Para que, de uma vez por todas, não pensem mal até dos próprios jornalistas, porque eles não mentiram. Não perceberam foi aquilo que disseram, ou seja, misturaram conceitos, mas aquele número foi divulgado pelo nosso auditor interno e é um número verdadeiro. Daqui a pouco vamos discutir o relatório do Revisor Oficial de Contas, que é uma entidade completamente independente à Câmara e, eu agradecia à deputada Cristina Jorge que visse o que consta do quadro que está na página 5 e que verifique o total do passivo que está aí inscrito à data de 2013. Eu vou-lhe ler: 60.693.113,83€. Senhora deputada, este número não foi inventado, ele existe. O conceito que foi empregue pelos Senhores jornalistas é que é diferente, porque isto não é dívida elegível. Peço desculpa, mas eu não posso ser constantemente acusado de um erro de um jornalista. Este número, existe e, sempre que forem apuradas as contas da Autarquia, vai aparecer como total do passivo. Eu já dei esta explicação. Eu penso que isto já ultrapassou o limite daquilo que é compreensível ou seja, eu pensei que vocês estivessem equivocados, já esclareci, mas estão sempre a falar nisto como se eu tivesse a culpa que um jornalista tivesse ouvido este número como agora eu falei nele e o tivesse publicado de uma forma errada. Aliás, eu já mostrei aqui nesta Assembleia Municipal um quadro igual a este, e quando for preciso volto a mostrar, onde consta este número. Por isso mesmo, penso que devemos, de uma vez por todas e, aqui peço-lhe encarecidamente porque tenho o maior respeito por si, vamos elevar o discurso, não vamos usar truques, vamos fazer as coisas abertamente. Ninguém quis aqui dizer que este era o passivo elegível, nem ninguém disse. -----

----- Quanto ao prémio, é uma obra que existe que devemos ter orgulho por ter recebido um prémio, mas o prémio que eu quero dar às pessoas é a funcionalidade e a utilidade das coisas e, aí, elogio a intervenção do deputado Ricardo Brites, penso que ele foi certo na sua intervenção. O prémio que devemos ter é que as pessoas gostem daquilo e é útil e lhe dá melhor qualidade de vida. De qualquer forma é um prémio, está aqui (tendo mostrado o mesmo), eu recebo vários elogios e não ando sempre a apregoar que recebi um elogio ou que recebi uma distinção, mas é uma opinião. A Senhora deputada, provavelmente, tem uma interpretação, uma opinião e eu respeito, mas acho que devemos dar a importância às coisas que elas têm de ter e, cada um tem a sua opinião.-----

----- Mais lhe quero dizer que não foi ninguém receber o prémio porque infelizmente eu convidei todos os vereadores para irem receber o prémio, inclusivamente eu próprio tinha uma reunião oficial e, não houve disponibilidade para ir receber o prémio e, eu encarreguei um outro premiado que é funcionário da Autarquia para representar a autarquia e, portanto foi essa pessoa, o Arquiteto Miguel Figueira que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

representou a Autarquia para receber o prémio, visto que houve total indisponibilidade de todos os Vereadores.-----

-----Quanto à questão da deputada Maria João Sobreiro, eu agradeço sempre que me faça chegar as informações, mas tenho uma dúvida: a estrada é aquela que corre em paralelo com o Rio ou a outra que vai depois da passagem de nível?-----

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Senhor Presidente, se calhar fui eu que me expliquei mal. A minha ideia era dizer-lhe que efetivamente a estrada que está em piores condições, é a que corre à beira do rio, só que as pessoas para se dirigirem à Caixeira têm que ir pela outra que, por estar a ser de tal maneira utilizada, também está a ficar estragada. A questão principal é a que está à beira rio, por ser o acesso direto à Caixeira.”-----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara e disse que: “Essa estrada é do INAG, é da APA. Como deve perceber, a Câmara Municipal não pode intervir nessa estrada. Aliás, não sou diferente da posição assumida pelo anterior Executivo, quanto a isto não há diferenças. Não percebo porque é que agora também me exige um comportamento diferente. A estrada não é do Município.-----

-----Quanto à outra estrada, quero dar-lhe nota que já sofreu uma grande intervenção numa parceria com a Junta de Freguesia, fez-se o trabalho de remoção e, quero-lhe dizer que aquilo já estava lá há muitos anos e nunca ouvi falar nesse assunto. A outra estrada que se refere, também lá fizemos uma intervenção, muito trabalho que ali está feito e, não podemos fechar a obra enquanto não percebermos se tirámos definitivamente a água da estrada. Tem de perceber que os recursos são escassos, e o resto da intervenção será feita oportunamente, quando tivermos a certeza absoluta que a operação que lá fizemos, que é visível, resultou.-----

-----Quanto à intervenção do deputado Luís Madaleno, não tem que agradecer nem felicitar a intervenção do Presidente. É nossa obrigação executar as obras que são necessárias nas nossas Freguesias.

-----Quanto à questão do entroncamento de Liceia, eu penso que também há anos assiste ao deslizamento dos carros lá naquele sítio. Nós temos report do Senhor Presidente de Junta, que é muito atento a essas situações, ainda hoje me abordaram sobre essa questão e, por isso mesmo, quero-lhe dizer que a seu tempo também terá a sua solução dentro das nossas limitações. Eu queria que percebesse uma coisa de uma vez por todas, nós fizemos uma coisa e, tem que ter a noção do que é que isso implica. Nós atribuímos 3 dias de máquinas às Juntas de Freguesia e reservamos 2 dias para a Câmara. O que é que acontece? Na maior parte das vezes, os dois dias, por uma questão de aproveitamento, até são aproveitados pela Câmara na própria Freguesia. Nas outras semanas, as máquinas estão nas outras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

Freguesias. Como deve perceber, há um plano de trabalhos que é consensualizado com os Presidentes de Junta e faz-se o que é possível. As ambições de todos os Presidentes de Juntas são mais que muitas e, naturalmente as expectativas dos seus fregueses também são muito elevadas. Nós fazemos o que é possível e depois as máquinas vão para outras Freguesias. Temos que esperar que as máquinas voltem para aquela Freguesia para poder fazer intervenções de fundo. Esta é a realidade, não é porque o Presidente da Câmara se está a esquecer; é porque, por razões operacionais, não podemos estar em dois sítios ao mesmo tempo. Ainda não temos trabalhadores suficientes para criar duas equipas de intervenção; não temos máquinas suficientes para criar vários cenários de intervenção em simultâneo e, por isso, somos mais lentos porque queremos satisfazer todas as Freguesias por igual e isso tem este inconveniente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi, com toda a atenção e democraticamente a resposta do Senhor Presidente da Câmara às minhas palavras proferidas. Antes de mais, tenho que dizer que sempre respeitei o Senhor Presidente da Câmara pessoalmente, sempre o dignifiquei em qualquer lugar que ele esteve presente, não o pode negar, mas politicamente são coisas distintas. Como um homem se sente, do modo como ele proferiu as suas palavras, é um homem que não sabe ser político. É um homem que mistura o que é pessoal do político. Pessoalmente, sou admirador do Senhor Presidente, é um homem honesto, um homem com dignidade, não tenho nada a acrescentar. -----

----- Quanto à questão levantada, o Senhor Presidente diz que tem um código de ética, código de conduta, que não é igual à minha. Até admito que não seja porque a minha conduta de ética e a minha conduta na sociedade é da dignidade, é da honra em todos os meus compromissos e haja alguém que me diga, quer profissionalmente, quer como cidadão, que não tenha honrado os meus compromissos. Essa talvez seja a diferença entre mim e o Senhor Presidente, se assim for, foi ele que o disse, mas a minha é esta, a da dignidade e da afetividade.-----

----- Não sei o que é que entende por homem com H grande. Eu só entendo M de mulheres com M grande, são as boas mulheres e dessas temos muita resposta na sociedade. Grandes Mulheres. Agora, H grande? Oh Senhor Presidente, H grande é aquilo que eu disse: é a nossa conduta, a nossa dignidade em honrar os compromissos; É a afetividade: sermos bons chefes de família, sermos bons filhos, honrarmos os nossos compromissos, é a nossa dignidade perante a sociedade. Essa é a minha conduta Senhor Presidente, e V. Ex.^a sabe. Eu também sei que o é.-----

----- O Senhor Presidente sabe que eu estou aqui na política, não é por interesses pessoais, e V.Ex.^a sabe que eu nunca quis ser candidato à Presidência da Câmara, nem a Vereador, nada disso. Nunca me motivou exercer tal cargo, e podia-o ter feito, nunca o quis, nem quero, nem quererei, é uma vontade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

própria. Eu estou aqui sempre, e estou aqui neste Concelho por amor: por amor a esta terra; por amor a este povo, que desgraçadamente tem sempre elegido Presidentes desta Câmara sem sentido empresarial, sem bom-senso, até nas leques de partidos, nos que dizem que sabem, por isso é que V. Ex.^a diz que estamos falidos, não temos dinheiro para nada. -----

-----Senhor Presidente temos aí um Parque de Negócios que espelha o que é o nosso Concelho. Quantas empresas vieram aqui investir, Senhor Presidente? O que é que foi feito neste Concelho, para acabar com o desemprego? Para dar esperança e dignidade às pessoas? O que é que o Senhor está a fazer hoje? Isso é que o povo deste Concelho questiona, Senhor Presidente. Não são as palavras vãs e as ditas fáceis. Fácil discurso que V.Ex.^a tem. Isso é que interessa a este povo e estes são os objetivos que eu defendo intrinsecamente de desenvolvimento deste Concelho, sem qualquer interesse, nem jantaradas, Senhor Presidente. Eu também gosto de jantaradas, mas pago-as eu Senhor Presidente, ninguém as paga.--

-----Senhor Presidente, V. Ex.^a não sabe quanta admiração tenho por si. V. Ex.^a é um homem com dignidade, mas como político não tem pleno encaixe. Veja que já ficou de mal comigo; já não me dirige a palavra. Oh meu Deus! V. Ex.^a meça as suas palavras. V. Ex.^a está diferente, mudou, mas mudou para pior Senhor Presidente. -----

-----Quanto à moção de censura apresentada, não teve em vista, tão só, alterar o legítimo voto do povo deste Concelho. Acho que ele fez bem em votar em V. Ex.^a. Acha que ainda faltam 3 anos para mostrar o que vale, mas Senhor Presidente que grande desilusão. Este povo vai ter o que merece porque continua, não a apostar nas pessoas, mas nas marcas e as marcas são tão enganosas, como todos nós sabemos. Têm o rótulo, mas o conteúdo não é o que está no rótulo, infelizmente é isso Senhor Presidente e tem razão, que o deputado municipal e eleito pelo Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, integrado no MPT, é esta mais-valia que está aqui pelo povo, legitimamente e democraticamente eleito, na defesa intrínseca do povo, não quero fazer outros disparates que não são a defesa intrínseca do povo. Nem sequer me subjugo a ninguém. Lamento que a moção de censura não tivesse sido votada, não com o intuito de demitir V. Ex.^a, porque dei as explicações cabais que não era esse o sentido, mas saber cabalmente da política que V. Ex.^a está a perseguir, dos seus Vereadores e dos outros órgãos que aqui estão. Sabemos aqui neste órgão se efetivamente a maioria ainda lhe assiste politicamente, era importante para o Senhor. Saber mudar orgulha, mas não entendeu. Reuniu-se lá no interior mais os seus apaniguados, estudaram, releram, releram, releram e dizem: não é aceite. Senhor Presidente, está no direito de não aceitar. Um elemento como eu, sozinho, com tanta gente aqui, com tantas cabeças iluminadas, o que é que eu poderia ter senão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

fazer um manifesto e um simples protesto. Teria que protestar, estrebuchar, foi o que eu fiz. É o povo deste Concelho que está lá, estrebucha, estrebucha, promessas e promessas. Senhor Presidente, é Braga por um canudo, entendeu? Aquilo que o Senhor vai prometer, não vai cumprir. Não tem hipóteses monetárias para cumprir, por isso lamento que na verdade não tivesse permitido e, cerceasse democraticamente esta consulta política neste órgão. Senhor Presidente, falaria mais, mas acho que a ordem de trabalhos está atrasada e não me ocorre, nem quero alongar-me mais, mas eu não fico mal consigo. Eu vou retribuir a minha admiração.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Presidente da Assembleia Municipal, enquanto tal, gosta de usar a figura de estilo de defesa da honra, apenas quero comunicar a toda a AM que, este Presidente da AM, Fernando Jorge dos Ramos, ouve quem quer e quem entende, mas decide ele”. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da informação semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da AM, eu tomava a liberdade de pedir autorização a V. Ex.^a, no sentido de dar oportunidade ao nosso Revisor Oficial de Contas, Professor Doutor Marques de Almeida, responsável pelo documento que vamos agora tomar conhecimento, que apresentasse o seu trabalho e que dissesse aquilo que tiver por conveniente.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Revisor Oficial de Contas, Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “Nós emitimos um relatório de auditoria sobre a situação económica e financeira do Município à data de junho de 2014. Portanto, neste momento já passaram seis meses e conseqüentemente novos acontecimentos ocorreram que podem, de facto, modificar ou confirmar a opinião que foi emitida nessa data, relativamente às contas do 1.º semestre de 2014. -----

----- Para nós elaborarmos este relatório, fizemos uma auditoria parcial às contas do Município e baseámo-nos bastante no relatório de auditoria que foi feito pela Deloitte. Esse relatório de auditoria, é um relatório bastante claro e elucidativo relativamente aos pontos fracos da organização e do controle interno do Município de Montemor. De facto, o relatório é, sem estar a escolher palavras, demolidor, na minha perspetiva de técnico. De facto, os ativos, a função organizativa, os processos de controle interno são todos focados e enfatizados como sendo de uma debilidade extrema. -----

----- Esse relatório serviu-nos naturalmente para orientar estrategicamente o nosso trabalho e, desse trabalho feito, não sobre o controle interno que não é fiável, mas feito com análise e substanciação dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

documentos, produzimos o relatório, que penso que está na posse de todos, que enfatiza alguns pontos fundamentais.-----

-----Os indicadores de gestão económicos e financeiros que foram apurados à data de 30 de junho de 2014, apontam, todos eles, para uma situação de inversão relativamente à situação ocorrida em período homólogo do ano anterior. Interpretando esta informação, diz-nos que de facto, há uma nova tendência, quer na gestão de custos, de facto os indicadores relacionados com essa área apontam para uma redução de custos do Município e, sobretudo, refletem e, os números são indesmentíveis, não é possível fazer juízos de valor, nem ideológicos sobre isso, uma alteração da tendência de endividamento para uma situação de recuperação. Além disso, temos notado que há uma preocupação grande do Presidente da Câmara relativamente ao sistema de informação de gestão do Município. De facto, sem investimento no sistema de informação, dificilmente esta Assembleia poderá trabalhar com dados fidedignos, ou com dados fiáveis e conseqüentemente se não houver uma aposta no controle interno, se não houver uma aposta no sistema de informação, na produção de uma informação fiável, as medidas e as discussões que possa haver nesta Assembleia, são sempre discussões sem substância, isto é, a própria estratégia que a Assembleia possa gizar para o Município nos próximos anos, se não tiver provado um sistema de informação fiável e credível, essa informação não tem fiabilidade e, as vossas decisões em termos de gestão quer corrente, quer estratégica, serão sempre débeis. -----

-----O relatório tem uma série de pontos, que foram analisados à data de 30 de junho e, de facto, tem de haver alterações grandes internas no Município, para que as contas no fim do ano, não mereçam reservas. -----

-----Ficava-me por aqui e darei todas as informações quantitativas, económicas e financeiras que quiserem, relativamente ao relatório.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha questão é muito simples e, uma vez que o estudo apresentado pela Deloitte, também é recente, apenas aqui analisando o quadro da página 5, relativamente ao passivo, temos aqui um resultado de cerca de 29.000.000€ a 30/06/2013, com a apresentação, como o Professor referiu, da diminuição para cerca de 26.500.000€ (números redondos) em 30/06/2014, quando confrontados pela primeira interpretação dos resultados que a Deloitte apresenta, essa dívida era superior, ou seja a Deloitte apresentou uma dívida de cerca de 31.000.000€ mais os 3.500.000€ referentes a compromisso e dívidas não assumidas. Solicito se tem algum esclarecimento ou se pode ajudar na interpretação destas diferenças que o Senhor apresenta, quer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

também os resultados que o outro estudo apresentou. Obviamente que o outro estudo responderá por si, neste caso colocava a questão ao Senhor Professor.” -----

----- Usou da palavra o Revisor Oficial de Contas, Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “Relativamente aos passivos que estão aí evidenciados, no valor de 26.500.000€ tenho a dizer o seguinte: relativamente às instituições de crédito, não temos dúvida nenhuma e porquê? Porque buscámos uma terceira via que são as responsabilidades do Município que estão registadas no Banco de Portugal e isso confirmou esta dívida. Portanto, em relação a essa, não há dúvida absolutamente nenhuma. Estamos a falar em situações que estão contabilizadas.-----

----- Relativamente aos fornecedores, quer em conta corrente, quer relativamente ao imobilizado, tenho a dizer que enviamos cartas a todos estes fornecedores (circularizamos os fornecedores) quer em conta corrente, quer relativamente ao imobilizado, mas infelizmente não obtivemos todas as respostas. Vamos fazer a mesma coisa à data de 31 de dezembro deste ano para podermos, de facto, arranjar uma amostra que nos permita ou não, validar o que está na contabilidade. As divergências que podem surgir aqui são de dois níveis: primeiro, em relação aos processos que certos fornecedores têm em litígio com a Câmara. De facto os passivos que estão aqui contabilizados em provisões para riscos e encargos são de 649.000€, no entanto, as exigências dos fornecedores relativamente a isso, são praticamente o dobro. No entanto, os serviços da Câmara pensam que este montante de 649.000€ é adequado e esperam negociar com esses fornecedores uma quantia mais ou menos parecida com esta.-----

----- Um outro problema que, de facto, o relatório da Deloitte referiu trata-se de situações de potenciais devoluções de subsídios relacionadas com os investimentos do Centro de Alto Rendimento, do Pólo Logístico e Industrial de Arazede, da Rede de Esgotos do Município de Montemor-o-Velho, e assim sucessivamente. -----

----- Esta situação, de facto, a acorrer, pode fazer com que os passivos do Município sejam maiores.” ----

----- Pediu a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Senhor Professor, citando palavras suas de há pouco, dizia que os indicadores de gestão económicos e financeiros, apontavam todos eles para uma situação de inversão relativamente a período homólogo do ano anterior. -----

----- Gostaria de saber há quanto tempo é que esta tendência que acabou de nos anunciar, não existia neste Município? -----

----- Usou da palavra o Revisor Oficial de Contas, Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “ Tem de se pegar nas demonstrações financeiras do Município, dos últimos 5 ou 6 anos, fazer uma análise de estática comparativa e concluir. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Agora, este primeiro período, a inversão dos números não se pode desmentir. Ressalvo sempre uma coisa: é a fiabilidade da Contabilidade, isso é que é importante. Este é um ponto que foi considerado no relatório da Deloitte muito negativo, sendo exatamente aí, na fiabilidade, que os serviços, a organização e o controle da Câmara têm de incidir, para que de facto, a esta Assembleia seja facultada informação contabilística, financeira e económica mais fiável.” -----

-----Pedi a palavra o PCM que disse: “Em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Professor e pedir-lhe desculpa pelo atraso na sua intervenção. Também aqui o compromisso de que estarei sempre disponível para lhe facultar todos os elementos e para não defraudar as afirmações que aqui fez.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Quero agradecer ao Professor Doutor Marques de Almeida. Dizer-lhe que enquanto Presidente da Assembleia tomei nota da sua mensagem principal a esta AM e, sobretudo da forma objetiva como apresentou o relatório, isto é, fez exatamente aquilo que na sua perspectiva seria relevante o Município melhorar. O Senhor Presidente da Câmara, já afirmou publicamente que terá esse aspeto em atenção e, naturalmente a AM seguramente também, porque sabemos como a fiabilidade dos números com que trabalhamos, será realmente, cada vez mais importante.” -----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Alteração dos limites Administrativos entre o Concelho de Montemor-o-Velho e o Concelho de Cantanhede - Proposta para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos** – o PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Este foi um trabalho que foi feito no Executivo anterior, que já veio a deliberação da AM e aquilo que este Executivo fez, por proposta da Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, por entender que era pertinente, foi dar continuidade a esse trabalho que estava a ser desenvolvido. Aquilo que pretendemos é dar conhecimento de que vamos retomar esse trabalho, sendo só uma tomada de conhecimento. -----

-----Entendemos também que esta Assembleia tem muitos elementos novos e que devíamos dar a conhecer, em detalhe, quais são os limites que entretanto nessa deliberação constavam e que foram realmente votados.-----

-----Solicito que o Senhor PMAM permita que o Técnico da Autarquia apresente esta alteração em conjunto com a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial.” -----

-----O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Tal como o Senhor Presidente acabou de referir, a proposta é apenas dar conhecimento à AM da deliberação que a Câmara já tomou no sentido de dar seguimento às propostas que já tinham vindo à AM anteriormente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- As parcelas indicadas pelo Técnico, são exatamente as mesmas que já tinham vindo à AM anteriormente. A determinada altura, os trabalhos acabaram por ser interrompidos, em face da alteração de mandato que ocorreu e, agora vamos dar seguimento aos trabalhos que já foram desenvolvidos constituindo de novo a comissão que há de ser o grupo de trabalho que vai dar seguimento aos trabalhos, notificando a Câmara de Cantanhede desta nossa intenção e pedindo-lhe também que nomeie a comissão que, da sua parte há de ficar responsável pelos trabalhos e, assim, darmos seguimento aos trabalhos de acordo com as recomendações da DGT (Direção Geral do Território).-----

----- O Técnico da Autarquia Paulo Mendes vai dar indicação das parcelas que estão em causa que irão alterar os limites do nosso Concelho com o Concelho de Cantanhede.”-----

----- Usou da palavra o Técnico da Autarquia, Paulo Mendes que disse: “As parcelas que compõem propostas para alteração dos limites com o Concelho de Cantanhede, são seis:-----

----- A parcela n.º 1 fica na zona da Volta da Tocha, é uma área que fica mesmo no extremo e confronta com a freguesia da Tocha.-----

----- A parcela n.º 2, situa-se a sul da localidade do Feitoso. -----

----- A parcela n.º 3, também a incluir no nosso Concelho, fica próximo de Pedras Ásperas e Moita Vaqueira.-----

----- As parcelas n.º 1, 2 e 3 são propostas para incluir no nosso Concelho.-----

----- Contrapondo com as áreas a incluir no Concelho de Montemor-o-Velho, temos áreas a ceder ao Concelho de Cantanhede. -----

----- A parcela n.º 4 é uma área a ceder junto ao Casal de Cadima, entre o mesmo e a Zona do Zambujal.

----- A parcela n.º 5 é uma área também a ceder na zona dos Fornos.-----

----- A parcela n.º 6 é uma área junto à zona dos Fornos (saída para a Portela).”-----

----- Pediu a palavra o PJF de Arazede, Eusébio Campos que disse: “Como estive envolvido na primeira sessão de trabalho, se calhar darei uma nota rápida para explicar o que é que estamos a falar. -----

----- Em termos nacionais, terá havido uma alteração dos limites há 14, 15 anos, é a ideia que tenho, contrariando tudo aquilo que era aceite pela população ancestralmente, a nível dos limites que são considerados, quer pelas intervenções do Município de Montemor-o-Velho, quer pelas intervenções do Município de Cantanhede e, essa intervenção que foi feita administrativamente em 2001, suponho, não sei se teve a devida atenção e, o que é certo é que os dois Municípios foram respeitando as placas que se encontram, que não esta alteração que foi feita em Lisboa, nomeadamente na Volta da Tocha, fez-se o arranjo da antiga 335-1, fez-se uma iluminação. Na parte de Cantanhede foram feitos passeios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

recentemente, alcatroamentos. Isto para explicar que aquilo que estamos a falar é eventualmente, num debate que irá ser feito com o Município de Cantanhede sobre o que é que conta: se são as placas e os registos matriciais que existem, ou se o que foi feito em Lisboa à revelia dos dois Municípios. No fundo para quem conhece aquela zona e há aqui muita gente que conhece, é perceber que dois estabelecimentos comerciais, um do Senhor Licínio Pereira – Pastelaria Princesinha e outro do cunhado, Licínio Neves Oliveira – Drogaria Lineve, que com certeza todos os técnicos saberão que têm os seus processos em Montemor-o-Velho, ancestralmente, essa é a fronteira e portanto, ao Presidente de Junta que teve nessa reunião em 2013, com a Vice-presidente da Câmara da altura, Dr.ª Helena Teodósio e técnicos dos dois Municípios, bem como o Eng.º Abel Girão, demos nota daquilo que é a realidade (os registos) e daquilo que foi feito em Lisboa. -----

-----É disso que estamos a falar e é disso que iremos certamente, na sessão de trabalho que, nessa altura, nessa reunião, ficou marcada para Cantanhede. -----

-----Aqui estamos a falar no caso de Arazede, mas o trabalho que foi encetado tinha também implicação com os Concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Soure e Condeixa e, julgo que é um problema transversal a vários Concelhos e Freguesias.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Deve-se continuar no sentido de repor aquilo que as populações sempre consideraram e como foi referido pelo PJF de Arazede, necessariamente os próprios registos estão feitos em Concelhos diferentes daqueles que depois conseguiram. -----

-----A AM tomou conhecimento da Proposta para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos de Alteração dos limites Administrativos entre o Concelho de Montemor-o-Velho e o Concelho de Cantanhede. -----

-----**Ponto 5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos** - Usou da palavra o PMAM que disse: “Apesar de não haver nada para informar, a AM reconhece que a informação foi prestada, e portanto passamos ao ponto 6 da OT.” -----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento e de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho - proposta final** – o PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu irei fazer uma apresentação sucinta do ponto. Se for necessário, a Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais poderá apresentar o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

trabalho que estamos a apresentar a todos os munícipes no Concelho, para se perceber o que é que estamos a mostrar às pessoas.-----

----- Eu irei fazer a síntese das principais alterações ao Regulamento.-----

----- De acordo com as recomendações da ERSAR, este regulamento é único, engloba os serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais. As extensões de rede, quer de água, quer de saneamento passam a ser gratuitas nas zonas urbanas para edifícios que não sejam de impacto relevante, equiparado a loteamento ou que impliquem reforço das infraestruturas existentes.-----

----- As construções de ramais, quer de água, quer de saneamento, até 20 metros de extensão, passa a ser gratuita nas zonas classificadas como urbanas, em termos de PDM, de forma a incentivar a ligação aos sistemas e a rentabilizar as infraestruturas existentes, de acordo com as recomendações da ERSAR. -----

----- O Regulamento é mais permissivo em termos de obrigatoriedade de ligações, permite exceções. Esclarecer aqui que a obrigatoriedade de ligação decorre da Lei geral que não é aprovada pelo Município, mas sim pela Assembleia da República e aquilo que fazemos no Regulamento é possibilitar algumas exceções que também nos são permitidas por essa Lei e, portanto, o Regulamento atual não contempla esta situação que tantos transtornos tem causado aos nossos munícipes. -----

----- É um Regulamento mais rigoroso no que respeita a transgressões, roubos e furtos, porque para além das coimas que são mais agravadas, haverá lugar ao pagamento de consumos estimados e, isso implica que o crime não vai compensar, para além de se poderem remeter estas situações para o Ministério Público e, portanto, para as pessoas que transgridam, o crime não vai compensar.-----

----- Após uma grande insistência nossa junto da ERSAR, foi também alterado o coeficiente de recolha que passa de 0.9 para 0.75 porque vivemos num meio rural e, por isso, não fazia sentido o coeficiente que é normal em todos Regulamentos, que é 0.9. -----

----- Os consumos em caso de rutura destas famigeradas ruturas quer na água, quer no saneamento, desde que devidamente comprovadas, e que não sejam causadas por culpa do utilizador, passam a ser faturadas de acordo com o consumo médio apurado das duas últimas leituras reais efetuadas pelo Município ou, na sua ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador ou, pelo consumo médio de utilizadores com características similares ao utilizador em causa no território municipal.-----

----- Encontra-se também regulada a possibilidade de atribuição de tarifários sociais e familiares aos consumidores domésticos, sendo que no tarifário social, existirá uma isenção de tarifas fixas. Quero chamar a atenção que este regulamento é inovador em relação a todos os demais, pelo menos daqueles

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

que eu conheço, e analisei muitos, porque aquilo que a ERSAR recomenda é um alargamento dos tarifários base e, aquilo que nós fazemos é uma redução efetiva e substancial e também isentamos as tarifas fixas. ---

----- Também existe a possibilidade de atribuição de tarifários sociais a consumidores não domésticos. --

----- Está previsto um tarifário também especial para as Associações e para as Juntas de Freguesia e um tarifário de incentivo a empresas em função dos postos de trabalho criados. Também somos inovadores nisto. Não existe paralelo, aliás estivemos numa reunião na ERSAR e, eles mostravam-se surpreendidos por estas propostas que nós fazíamos que depois de devidamente explicadas numa reunião demorada, com a presença de 10 técnicos da ERSAR e com o Presidente da Câmara, a Chefe de Divisão e o Consultor, nós conseguimos convencer aquelas pessoas da bondade e da justificação da existência destes tarifários especiais no nosso Regulamento. -----

----- Depois, porque esta parte não foi devidamente avaliada por algumas pessoas, nós possibilitamos a existência de tarifários nos serviços auxiliares. Esta Câmara Municipal enquanto entidade gestora perdia rios de dinheiro em trabalhos para assistência aos utilizadores do sistema que não eram cobrados e que, sobretudo eram indevidamente utilizados do sistema. Dou 2 ou 3 exemplos paradigmáticos dessas situações, que é o caso de existirem muitos consumidores do sistema que não pagam a água à primeira fatura e, portanto, hoje, com este regulamento passa a ser rentável não pagar a água à primeira fatura, porque terão um acréscimo de 2,50€. -----

----- Por outro lado, também havia utilizadores que nessa senda de não pagarem a água atempadamente, deixavam que lhes cortassem a água e depois estavam aqui a exigir que naquele próprio dia lhe ligassem a água. Também essas situações passam a ser reguladas e passam a ser mais penalizadoras, o que permitirá que nós possamos exigir também um comportamento mais responsável por parte dos utilizadores. -----

----- Também houve aqui uma alteração e, esta é a única alteração da componente da fatura, e por imposição da ERSAR que quer ver refletida na fatura, é a repercussão da taxa de recursos hídricos que, para este ano que vai entrar, está acautelada em 0.235, que tem que ser repercutida na tarifa dos nossos utilizadores do sistema. É uma tarifa em que a Câmara Municipal serve de intermediária da mesma, ou seja, recebe e entrega na APA, não havendo qualquer vantagem para o Município. A entidade gestora recebe essa tarifa e tem que a entregar no seu tempo devido à Associação Portuguesa do Ambiente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu uso da palavra para expressar aqui algumas preocupações e/ou considerações relativamente a este ponto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

----- Relativamente ao regulamento, há aqui algumas ilações que temos que retirar que tem a ver com o real aumento do preço da água que vai aparecer no tarifário. Em certas situações, podem ser preocupantes e necessárias. Nós compreendemos a necessidade de tornar o sistema sustentável. É perceptível essa necessidade, não há a mínima dúvida. Há dois meios de se chegar a essa sustentabilidade: um deles é pelo aumento, o outro, eu não digo que não houvesse aumento, mas que houvesse um aumento menor com alguma contenção ou uma contenção nas perdas, de forma a faturar toda a água que realmente está disponível. Porque a percentagem de água que não é faturada é uma grande quantidade e, a questão aqui é que também faz parte do valor que estamos a perder. O próprio consumo do Município, da Piscina, de regas, não serão contabilizadas nem faturadas e isso também vai fazer parte da perda. Se calhar esse é um dos pontos, que no esclarecimento que o Senhor Presidente da Câmara e a Chefe de Divisão fizeram nas juntas de Freguesia, tendo eu estado presente na minha Freguesia, também já falaram que isso vai acontecer. Apesar de não haver uma entrada de dinheiro, em termos de contabilidade, já não há o prejuízo, porque vai ser faturado, é a própria Câmara que vai ter que pagar, os seus próprios consumos e eu acho que deve ser assim. -----

----- Outra das situações é ir realmente à procura das perdas reais ou seja, dos roubos que tanto são falados e das ruturas que devem ser corrigidas. Todas essas situações, se houver um enquadramento, talvez o aumento não tenha que ir aos 40% ou 50% (mais coisa, menos coisa) e possa ser menor, mas havendo essa redução das perdas do consumo de água existente, talvez fosse essa uma das soluções. -----

----- No entanto, há outras preocupações que eu trago. Uma grande parte da fatura que existe na água tem a ver com a despesa energética. Eu compreendo que a despesa energética é muito alta, obviamente temos que chegar a um sítio, já que vamos aumentar a água, era que se fizesse essa eficiência energética na nossa rede. Alerto que o quadro comunitário 2020 contempla algum apoio na otimização da gestão eficiente dos recursos energéticos. -----

----- Relativamente à saúde pública, isto é uma realidade que nós, muitas vezes não contemplamos. Eu não estou aqui a contemplar a qualidade da água, agora nós temos que perceber que estamos num meio rural. A maior parte destas pessoas quando verificar a primeira fatura da água, provavelmente vai voltar atrás; vai pensar bem se vale a pena andar a consumir a água da rede pública ou se não vale a pena voltar ao poço, que até agora, só usava para regar as laranjeiras e, já vai passar a fazer outras coisas com essa água. Essa é uma preocupação porque depois, eu aposto que isto também é água que vai para o saneamento e também vai ter de ser tratada e que a Câmara também vai ter que ter despesas com esse tratamento. Eu tenho a certeza absoluta que vai haver uma grande quantidade de pessoas a fazer isso e eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

questiono, muitas vezes, se a qualidade dessa água que as pessoas vão beber, não vai afetar a saúde. Ainda para mais, baixa os consumos, logo as pessoas vão pagar menos, esse dinheiro que estava à espera de ganhar, se calhar não vai ganhar tanto quanto pensa.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania – MPT concorda no geral com o princípio reformador do diploma. Contudo, discorda da falta de justificação e enquadramento económico-financeiro para o aumento dos tarifários do abastecimento de água e do saneamento, nomeadamente por não se encontrarem contrapartidas sociais para o contribuinte, como por exemplo a qualidade do serviço prestado. Consideramos ainda que tais aumentos servem tão-somente para a Autarquia se auto financiar para poder aceder aos fundos comunitários. Mais se coloca a questão que a aprovação através do voto de qualidade do Presidente da Câmara, dos novos tarifários da água e do saneamento vão dificultar a vida a todos os cidadãos do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

-----Por este motivo, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, integrado no MPT, não vai votar favoravelmente este Regulamento, exceto se o mesmo, dada a sua sensibilidade, fosse apresentado, analisado e discutido na sua plenitude, por todos os responsáveis políticos do Concelho de Montemor-o-Velho e que atendesse à realidade económica e social da grande maioria das famílias, instituições e associações do Concelho.-----

-----Questionamos os Senhores Presidentes de Junta do Concelho para a gravidade desta proposta, nomeadamente para o povo de per si que representam. Questionamos ainda os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia se estão em condições de afirmar sobre, se o seu Povo está devidamente alertado para este facto e qual a justificação que terão de dar para o aumento desmesurado destes valores caso votem favoravelmente esta proposta.”-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Faço uma pequena intervenção relativamente às duas intervenções precedentes. O regulamento que estamos a discutir é o que foi presente à Assembleia. As tarifas são uma outra questão e que, felizmente ou infelizmente não são competência da Assembleia. Nós podemos manifestar politicamente a nossa opinião quanto às tarifas, mas evidentemente não vamos votar ou confirmar tarifas da água.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É evidente que, tal como o Senhor Presidente disse, essa é uma questão óbvia, se bem que uma vez que essa questão foi abordada na ata de 17 de novembro e, porque as preocupações são muitas relativamente ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

tarifário, que efetivamente não é uma competência nossa, as pessoas aproveitam, para neste ponto colocar algumas questões.-----

----- A minha intervenção também é relativamente a essa ata. Eu queria saber, uma vez que o Senhor Presidente explana esta questão, no final, a água vai subir para quem gasta menos, isto é para os consumidores domésticos, que somos todos nós, provavelmente e que moramos no Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Há uma questão que também lhe queria colocar em que o Senhor Presidente afirma que está distante da privatização das águas. Certo? Eu queria saber, porque é que nas GOP aparece na receita, no código 051005, Bens de Domínio Público – 5.000.000€?-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha intervenção era precisamente nesse sentido de que o que estava a apreciação e a votação é o Regulamento e não as Tarifas que já foram aprovadas em reunião do Executivo e que vão aumentar significativamente as faturas de água e saneamento. Obviamente que no passado isso já assim foi, eram designadas taxas e eram definidas pelas Assembleias Municipais. Houve interesse, dos mesmos do costume, para que tivessem autonomia suficiente para pôr e dispor relativamente a esses modos de receita que, muitas das vezes, serve para tudo e mais alguma coisa.-----

----- Neste sentido e restringimo-nos apenas ao Regulamento, a posição da CDU será de votar favoravelmente, uma vez que o documento está bem feito, tem alguma preocupação com a implementação da Tarifa Social e, uma vez que se pretende apenas regulamentar o serviço de água.”-----

----- Pediu a palavra o PJJ da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Também sucintamente, quero dizer que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente este Regulamento, porque também considera que estão aqui plasmadas algumas ações essenciais para o desenvolvimento, para a economia das famílias mais carenciadas e das pessoas com mais dificuldades.-----

----- Congratulamo-nos também pelo facto das sessões de esclarecimento terem existido nas várias Freguesias, dando assim oportunidade aos munícipes das mesmas de poderem tirar algumas dúvidas, de poder ver esclarecidos alguns assuntos. Reporto-me de imediato e de seguida à questão da Freguesia da Ereira que me preocupava dado que no passado existiram vários problemas relacionados com a água. Todos nós sabemos que estas situações acontecem, provavelmente existiram situações que não foram acauteladas, não é isso que está agora aqui em causa, o que está aqui em causa é que, efetivamente também e, pegando um pouco nas palavras do deputado Luís Madaleno, foi assumido pelo Presidente de Câmara que, obviamente eventuais receitas que proviessem deste aumento de água, serviriam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

naturalmente para aumentar a qualidade da água do nosso Concelho. De facto, é isto que nós já há algum tempo, principalmente na Freguesia da Ereira nos debatemos. O abastecimento de água não é de grande qualidade, no entanto e depois de ver explicado, por parte do Senhor Presidente aquilo que pretendia, ficámos relativamente satisfeitos, basta esperar para ver se efetivamente, no futuro as intervenções que vão poder ser feitas, servirão ou não para melhorar a qualidade da água.”-----

-----Pedi a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Há dois pontos que queria frisar. O primeiro é de que a comunicação que é dada relativamente ao ponto 6, não frisa única e exclusivamente o Regulamento. Fala em várias situações, eu li tudo e, como li tudo gosto de falar sobre tudo. Obviamente não falei sobre o tarifário, falei apenas na percentagem que vai aumentar, mas falei na necessidade da otimização dos serviços. Acho que neste ponto não estarei a incomodar, nesse aspeto. -----

-----Queria deixar só um alerta. É falado na documentação enviada, da hipótese da criação de uma intermunicipal entre Mira, Cantanhede e Soure, se não me engano. Eu fico um pouco de pé atrás apesar de reconhecer que o sistema em Cantanhede funciona muito bem e, reconheço sem sombra de dúvidas, até o conheço, a realidade é essa, mas há uma situação que me incomoda relativamente a Montemor-o-Velho. Não haverá na ideia da Câmara de Cantanhede e da empresa municipal que gere as águas em Cantanhede, uma vontade de retirar alguma soberania que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho tem sobre as águas? Isso preocupa-me. Eu não estou a dizer que nos vão passar a perna, não é isso. Aquilo que eu quero é que tenha atenção nessa situação porque acho que, aqui, ninguém tem intenção que isso aconteça. A intermunicipal é importante, mas não é para servir uma empresa municipal que tem como objetivo obter lucros, que é essa a realidade dessa própria empresa municipal.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha preocupação é esclarecer e que ficasse bem patente que quem está a votar favoravelmente este Regulamento, não está a votar favoravelmente as tarifas, daí ter alertado para essa minha preocupação. -----

-----Uma vez que também neste documento e, aproveitando a deixa do deputado Luís Madaleno, para referir que de facto, fala-se aqui da intermunicipalidade. Nesse caso, penso até que se o atual Executivo pensa caminhar nesse sentido, os valores que são apontados aqui de investimento, de 43.000.000€, poderão ser atenuados se os sistemas funcionarem em intermunicipalidade, a necessidade de financiamento poderá reduzir substancialmente, o que prova mais uma vez que as tarifas tinham margem de manobra para não aumentarem da maneira como vão aumentar.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Em primeiro lugar, dizer que aquilo que está em discussão é o Regulamento. Que o tarifário foi votado, inclusivamente com voto de qualidade do Presidente da Câmara e, os responsáveis pela entrada em vigor do tarifário, é o Presidente da Câmara e aqueles que votaram favoravelmente. Tão só isto. É isto que eu estou a assumir perante as pessoas e, portanto assumo e explico porque é que assumi a posição que assumi. É esta a diferença de alguns políticos e, por isso mesmo eu não escondo aquilo que faço e fui falar com as pessoas, cara a cara, olhos nos olhos e disse-lhes que votei favoravelmente e exerci o meu voto de qualidade sem qualquer problema e, portanto aquilo que os deputados estão a votar, é aquilo que eu aqui disse. Aqueles que já anunciaram voto contra, eu vou dizer que, pronto eu votei favoravelmente as tarifas, mas olhe que o senhor tem uma rutura, se fosse por aqueles deputados, não tinha o tratamento que vai ter hoje.-----

----- Esta é a dialética da política e, portanto vamos separar os assuntos e vamos esclarecer de uma vez por todas que não é o tarifário que está em causa. Quem votou favoravelmente o tarifário, que assuma as suas responsabilidades, quem não votou, também assuma as suas.-----

----- Não quero deixar contudo, de fazer alguns esclarecimentos porque já o deputado Ricardo Brites o fez na sua intervenção inicial e, vou ser muito sucinto. Nós não podemos intervir nas águas, atendendo às dificuldades financeiras do Município, sem que o sistema seja sustentado, financeiramente ou economicamente, minimamente sustentado. Já agora, gostaria de dizer que uma das primeiras coisas que o presidente da ERSAR disse às pessoas presentes. É que nem se lembrem de nos propor um tarifário que não seja sustentado do ponto de vista económico, porque senão, não têm fundos comunitários disponíveis no próximo quadro comunitário. Foi logo assim que fomos abordados, porque nós não tínhamos apresentado o tarifário e, imediatamente fizemos-lhe chegar um tarifário para o senhor ficar descansado porque ele estava preocupado porque nós não poderíamos ir aos fundos comunitários. Isto para responder a quem já me interpelou nesse sentido.-----

----- Queria dizer que não se podem fazer as tais reparações e otimização do sistema sem capital, sem dinheiro, mesmo que seja uma pequena contrapartida ou comparticipação privada do Município, num projeto financiado. Como eu costumo dizer: não se fazem omeletes sem ovos e, por isso mesmo, aquelas pessoas que demagogicamente dizem: primeiro repara e depois exige o tarifário, não justificam como é que vamos fazer as reparações e, no mínimo, o sistema tem que estar sustentado, até para poder concorrer aos tais fundos comunitários.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Sobre a questão das pessoas irem à água dos poços, não é verdade que isso vá acontecer porque as pessoas são responsáveis e, não me parece que 1m³ de água, que são 1000 litros de água, que são 200 garrafas de 5 litros, que custa 0.59€, possa ser impeditivo das pessoas poderem beber água do sistema. ---

-----Aqueles que não concordam com este regulamento, se calhar com o seu voto, podem estar a privar as pessoas de terem acesso à água porque efetivamente as medidas sociais, as medidas de apoio às pessoas que efetivamente não têm posses, estão aqui plasmadas neste regulamento e possibilitam no tarifário a assunção das medidas fortemente favorecedoras para que essas pessoas se possam manter no sistema. Não me parece que esta questão tenha que existir aqui sobre a questão do regulamento. -----

-----Quanto à questão do aumento dos tarifários sem justificação, também não é verdade, há um estudo económico que o fundamenta e as pessoas que o afirmam têm conhecimento dele.-----

-----Quanto à questão da Dr.ª Cristina Jorge, porque é que aparece nas GOP's a dotação em causa? É muito simples porque o assunto das águas não está completamente resolvido. O assunto do destino deste Executivo, não está completamente resolvido e eu já o disse vezes sem conta, e volto a repetir que as GOP e o Orçamento têm que prever e enquadrar todas as situações possíveis. Se me perguntar aquilo que me perguntou, eu mantenho e irei lutar até ao fim, e penso que contarei com a sua colaboração para que isso não aconteça. De todas as formas, um documento daquela natureza tem que encontrar todas as situações possíveis. -----

-----Quanto à questão da intermunicipal, só por uma questão de transparência é que eu trouxe essa informação às pessoas e divulguei-a publicamente porque efetivamente, o Presidente da Câmara não pode andar a fazer reuniões com outros presidentes de Câmara, a discutir uma intermunicipal e não informar os Senhores Vereadores e os Senhores deputados do que anda a fazer, mas fique descansado, deputado Luís Madaleno, eu não vou fazer nada que vá prejudicar o Município, sem o senhor saber. O senhor será das primeiras pessoas a saber. Aliás, se houver algum projeto de alguma coisa, do que quer que seja, eu trarei aqui, porque estas coisas são demasiado sérias e importantes para que eu não tente obter o consenso de todas as pessoas desta casa. A questão que se coloca é que isto é uma questão tão importante e eu comecei por dar-lhe a importância devida, que é informar os senhores de que eu ando em conversas e, quero-lhe dizer que tanto este Presidente da Câmara, como os técnicos desta Autarquia, têm conhecimentos, não somos propriamente ingénuos. Nós sabemos o que queremos e os senhores de Cantanhede não nos vão ludibriar. Aliás, eu sou conhecido por ser um negociador muito implacável. Fique descansado. Eu trarei informações sempre que puder para que vocês se mantenham informados e para que aconselhem bem o Presidente e demais Executivo.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria na generalidade e na especialidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----José Manuel Marques Madaleno----- Abstensão-----

-----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

-----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho** – o PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A documentação também foi prestada. Foi notório e ostensivo para o Presidente da Câmara que teria que haver uma alteração neste regulamento por forma a afinar e otimizar a gestão dos recursos humanos na parte da gestão das obras e gestão do estaleiro e, por isso mesmo e, para garantir a operacionalidade destes Serviços Municipais e para prever também a inclusão de um dirigente de 3.º grau que possa coordenar esta operacionalidade que não existe e que não está ainda referenciado, mas que tem que ser previsto. Porque a cadeia de comando é demasiado extensa, é preciso um interlocutor intermédio, nós entendemos que deveríamos propor esta alteração que basicamente tem a ver só e exclusivamente com este ponto.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sobre este ponto, o Movimento Independente de Cidadania, por Amor a esta Terra – MPT, irá abster-se na votação, apresentando como justificação a seguinte declaração: “Porque quem ganha e tem a maioria democrática, nem sempre perfeita, deve gerir os serviços municipais como bem entender. Contudo, tem também que ter em consideração que responderá publicamente por tais escolhas, nomeadamente por qualquer inoperância dos mesmos.”” -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu queria apenas relembrar que aprovámos há cerca de um ano uma estrutura orgânica e, de facto, isto demonstra que, por vezes, as coisas nem sempre são bem pensadas. -----

-----Recomendamos, para que não andemos a remendar orçamentos, que se façam propostas bem pensadas e estruturadas, se bem que esta é uma opção do Senhor Presidente da Câmara. É uma proposta sua e nós vamo-nos abster nesta questão porque achamos que numa organização com estas características, quando se repensa uma estrutura orgânica, se deve pensar muito bem sobre aquilo que se quer e como se quer e, nesse sentido, nós achamos que já há um ano atrás, das duas uma, ou não o fariam logo e tentariam perceber como é que a Câmara estava estruturada, e como é que queriam trabalhar, e depois então fariam a proposta.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Senhora deputada Cristina Jorge, agradeço a recomendação que levo em boa conta, mas gostaria de a lembrar que a alteração que foi feita o ano passado, é uma alteração profunda, muito mais revolucionária do que esta. Esta é um pequeno ajuste de operacionalidade que, muito sinceramente o farei sempre que for necessário e, essa ideia de que nós andamos a mudar as coisas, não tem nada a ver com isto que está aqui em causa. Não tem nada a ver com a revolução que fizemos no ano passado que reduziu fortemente o peso da estrutura. É uma questão meramente operacional e que está integrada numa outra estratégia. -----

----- Eu ainda me podia ter desculpado de uma forma muito mais simples. É que nós entrámos aqui e, de seguida tivemos de fazer este documento. Podia-me ter desculpado com isso, mas quero-lhe dizer que em nada mudei nas opções que fizemos na primeira proposta. Isto que está aqui é uma proposta de afinação.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
-----António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----José Manuel Marques Madaleno-----	Abstenção-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2015** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Nada há a acrescentar àquilo que eu já disse. Só dar nota que nada foi alterado. Não há mais contratações externas. A única questão que está aqui em causa é a manutenção de um concurso para a área da Educação. Mais nada foi alterado.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O senhor Presidente da Câmara disse que era apenas uma assistente operacional? E este cargo intermédio, já estava previsto? É mobilidade interna? -----

-----Queria que me esclarecesse, relativamente à pessoa a que se destina, que formação e experiência terá que ter essa pessoa que irá ocupar o cargo, a quem se destina e se serão funcionários da Câmara Municipal?”-----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Essa pessoa tem que ter vínculo à função pública. Não existe nada pré-definido, existe a necessidade, mas aquilo que nós entendemos como adequado é que tenha formação em engenharia, civil ou eletrotécnica.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18**

----- VOTAÇÕES -----	-----
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----**Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Irei ser sucinto porque as explicações já estão dadas. Aquilo que posso dizer já de imediato é que este não é o documento ideal, aquele que nós queríamos. Ainda é um documento muito influenciado pela situação que herdamos porque estamos a fazer uma gestão muito criteriosa e muito eficaz de tudo o que, para nós é fundamental para que este Município possa sobreviver à hecatombe que herdamos e, nesse sentido, estamos a propor um documento com mais intervenção do Presidente da Câmara, no sentido de adequar naquilo que foi possível, a gestão do Município no sentido da contabilidade analítica, no sentido de maior transparência.---

-----Há o surgimento de novas rubricas que podem dar alguma confusão aos senhores deputados, mas é essa explicação que eu quero dar. Novas rubricas que permitirão aos deputados e, a quem quer que seja, um melhor acompanhamento da atividade municipal porque essas rúbricas são mais precisas, não são tão genéricas e, estamos a cumprir melhor as instruções do POCAL, também neste sentido. -----

-----Nesse sentido, a contabilidade analítica que queremos implementar com muito realismo no Município será mais eficaz, mas é preciso ter atenção que há um conjunto de rúbricas e, por isso é que elas às vezes até aparecem em paralelo que nós não podemos mudar, nem alterar, porque elas já têm compromissos anteriores, que vêm do anterior Executivo, da anterior gestão, e que têm dívida, têm compromissos e, por isso mesmo ainda se mantém aqui esta dicotomia de rúbricas novas e rúbricas antigas, até se calhar, muitas das vezes, sobre o mesmo assunto. -----

-----Há aqui outra coisa que eu quero também esclarecer. Os cálculos da receita, foram feitos de uma forma muito rigorosa. Esta ideia que eu quero aqui transmitir, é muito importante porquanto nós começamos, efetivamente e, por proposta do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, e bem, aliás eu tive alguma surpresa quando ele me apresentou a metodologia para fazer este orçamento e as grandes opções porque achei arrojada a sua vontade, de começar o orçamento pela receita. Quero-vos dizer que não se discutiu despesa nenhuma, enquanto não se definiu a receita e isto já foi possível neste orçamento e, para mim, é uma vantagem incrível poder dizer isto aqui: que já conseguimos fazer o orçamento, só com uma primeira definição, um primeiro esboço da receita. Esse foi um desafio lançado pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Miguel Felgueiras, que eu tenho que referenciar e elogiar e, por isso mesmo, acho que estamos no caminho certo. Também, pela primeira vez foi cumprido o estatuto dos eleitos locais. Foram notificados os partidos que têm assento nos órgãos municipais, não tendo havido nenhum contributo. Pela primeira vez cumprimos isso. Para aqueles que me acusam de falta de sentido democrático, aqui está, nos atos, a minha resposta. Também vos quero dizer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

que este orçamento e, alertar-vos e lembrar-vos, está ainda muito influenciado pela questão da suspensão/manutenção, da indefinição do reequilíbrio financeiro e do PAEL, porque na realidade tem que entrar por imperativo legal, no orçamento e, nessa perspetiva, distorce os valores finais. Como vocês podem ver e constatar, os números estão lançados na minha declaração que foi tida na reunião de Câmara e, se for necessário, aqui falarei neles.-----

----- Também é notório e já é assumido por este Executivo que o orçamento real já está a baixar ou seja, já estamos a entrar naquela curva descendente que é importante, que é a curva no sentido do realismo.-----

----- Dir-me-ão alguns que será falta de ambição, será falta de obras, será falta de projetos. Eu já percebi que querem falar sobre isso. Agora, há uma coisa que eu gosto de falar. É de que tudo o que está no orçamento e tudo aquilo que nos propomos fazer e executar, é para cumprir e é para pagar. Como vocês já puderam constatar, nós não temos sido muito ambiciosos nas verbas com que dotamos o apoio ao associativismo, com que dotamos os acordos de execução, mas, essa falta de ambição acresce uma outra coisa muito importante que é a honra de poder cumprir os compromissos dentro dos prazos, e isto é muito importante, há quem não valorize, mas eu valorizo muito o cumprimento das obrigações do Município dentro do prazo e, quero-vos dizer que isto tem trazido benefícios, porque as ações contra o Município são muito poucas. Os credores, apesar de nós os recebermos aqui e, eles a nos dizerem andamos à vossa espera desde 2010, 2011, fizemos obra, fizemos o nosso trabalho e, os senhores não nos pagam, nós conseguimos ter credibilidade junto dessas pessoas para eles não entrem em litígio connosco e não nos penhorem as contas e, isto deve-se ao facto de estarmos a atuar com muita retidão, seriedade e com muito sentido de responsabilidade.-----

----- Também é verdade, apesar de estarmos a diminuir o passivo da Câmara Municipal, de uma forma muito efetiva e visível, como vocês vão poder ver, não sou eu que o estou a dizer porque me apetece. Há aqui um revisor oficial de contas que o atesta, são cerca de 3.000.000 € incluindo passivo de médio e longo prazo e passivo de curto prazo, isto é um facto inaudito nos últimos doze, treze anos, sem receitas extraordinárias. Essa é a política que está aqui a influenciar este orçamento e, porque este orçamento é lido e é visto pelos nossos credores, nomeadamente os credores institucionais (banca) eles têm que acreditar que este Executivo tem capacidade de fazer aquilo que se propõe cumprir ou seja, quando eu estou a negociar as taxas de juro, junto do maior credor, neste caso Caixa Geral de Depósitos, eu atiro-lhe sempre com a atuação deste Executivo, como forma de me demarcar daquilo que foi o passado e como forma de conseguir junto desses credores, um melhor benefício para esta casa.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

-----Por isso mesmo, também não posso deixar de vos lembrar que há aqui um outro fator que também prejudica de certa forma, a feitura deste orçamento e o realismo de algumas dotações, porque por imperativo deste Governo que tem um amor especial às Autarquias Locais, isto está tudo a ser reportado a setembro, ora, também é evidente que não é no final do ano. A atividade atual do Executivo, neste momento, estamos a pagar os compromissos e, muitas das coisas que estão no orçamento, já não são reais hoje e, por isso mesmo é um constrangimento para os Municípios, esta obrigação que está a ser imposta, este ganhar de um mês. Não sei o que é que estes Senhores em Lisboa pensam, quem os aconselha. Por outro lado, porque há um conjunto enormíssimo de compromissos, também nós temos aqui um problema. É que as tais duplicações de rubricas, implicam para nós, uma grande dificuldade na gestão dos stocks e, por isso também, criamos rubricas muito específicas para que possamos fazer uma gestão mais rigorosa dos stocks da Câmara Municipal. Dir-me-ão alguns que há um aumento, por exemplo, da despesa corrente. Não é verdade. O que nós fizemos e estamos a fazer no sentido da maior transparência e do maior rigor orçamental, por uma maior defesa do princípio orçamental, por exemplo, transferimos da despesa de capital, a aquisição de massas asfálticas, que pode ascender a um valor superior a 300.000€, ou 400.000€, para a despesa corrente e, como estas despesas há muitas mais, que erradamente, na nossa opinião, estavam em despesas de capital. Não se iludam, não há um maior aumento das despesas correntes e, no final do ano vamos poder comprovar isto tudo.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sobre este ponto, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra – MPT, respondendo à abertura política do Senhor Presidente da Câmara Municipal neste domínio, refere que mais do que a prática da democracia, a mesma honra-se pela defesa das ideias que cada indivíduo ou grupo apresenta. Ora, o passado recente, é pródigo em acontecimentos onde as ideias alheias nem sempre foram respeitadas, tomando-se para si o que é de outros. Por outro lado, o Senhor Presidente ao ter enviado para os líderes políticos a consulta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, cumpriu apenas o estatuto dos eleitos locais, como deve ser apanágio do Presidente democraticamente eleito. -----

-----Quanto ao orçamento, é de estranhar que alguém com a experiência do Senhor Presidente da Câmara, queira começar a construir a casa pelo telhado. Assim, face ao conteúdo do referido ponto, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra – MPT, votará contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, uma vez que não se revê, nas suas linhas de orientação. Mais do que um orçamento real, é um conjunto de intenções e, não esquecendo as experiências do passado, o nosso povo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

está farto de promessas e consciente de que o inferno já não tem lotação para mais malabarismos de números.-----

----- A realidade mostra-nos um Concelho necessitado de obras estruturantes que possam garantir uma melhoria da qualidade de vida dos seus residentes; um Concelho pobre em oportunidades de desenvolvimento capazes de garantir a resolução dos problemas comuns dos seus habitantes. Num tempo em que, em termos nacionais, a situação das famílias é agravada pela diminuição dos rendimentos, aumento do custo de vida e aumento das despesas com impostos diretos e indiretos, em Montemor-o-Velho não se foge a esta triste sina: o IMI atinge quase o valor máximo; a água e o saneamento básico, vão sofrer os maiores aumentos que se registaram nos últimos anos, em certos casos, acima de 200%; os apoios sociais têm vindo a diminuir, ao abrigo da bandeira de igualdade de oportunidades, nomeadamente até para aqueles que podem vir a ser o futuro deste Concelho, veja-se o caso dos transportes escolares que não foram concedidos a muitas crianças do Concelho; o tecido associativo não é verdadeiramente recompensado ou ajudado pelo seu precioso trabalho social, vivendo de migalhas que vão caindo de outros banquetes.-----

----- Enfim, o Município de Montemor-o-Velho é como um doente quase terminal, que só vive enquanto ligado às máquinas. Vamos ver se o “médico” não resolve desligar a corrente.-----

----- Denunciamos a falta de visão estratégica para um Concelho que devia privilegiar a sua posição geográfica.-----

----- Denunciamos as palavras mansas mas vagas e sem sentido do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Denunciamos a falta de coragem para fazer melhor.-----

----- Denunciamos a inércia de todos aqueles que se acomodam à simples dormência do nada fazer.-----

----- Por seu lado o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, integrado no MPT que se candidatou tão somente para dar esperança e dignidade às pessoas continuará a denunciar e a protestar este tipo de coisas. Mais dizemos que seria preferível, de uma vez por todas, chamar a troika, para analisar a viabilidade e a sustentabilidade económico-financeira deste Município, se ele tem e terá condições para existir.”-----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Honra-nos que efetivamente, a sanidade financeira esteja a ser cumprida com as obrigações e com todos os pagamentos, bem como abatendo as dívidas. De qualquer forma, preocupa-nos também um pouco o aumento que foi apontado e que está em vigor para as taxas do IMI. Quando referimos em reunião que com a alteração das receitas do IMI para os Municípios, seria bem mais do que atualmente, e que a nossa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

bancada fez o seu sentido de voto para a baixa deste imposto para o nosso Concelho, foi-nos dito que a evolução não seria a espectável, o que realmente não se revelou.-----

-----A questão da privatização das águas não deveria ser colocada, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que nunca deixaria que tal acontecesse. Então, temos esta rubrica contemplada com bens de domínio público, mas para equilíbrio financeiro, terá de constar, embora o Senhor Presidente queira afastar cada vez mais esta hipótese, pelo menos na teoria, e servir de contrapartida para manter despesas de avultado valor.-----

-----Em quase todos os capítulos do orçamento, existe uma rubrica – Outros, tanto no que concerne às receitas como às despesas, sendo algumas delas com valor elevado. De facto esta rubrica é considerada no POCAL, e não há dúvidas da legalidade dela, mas na realidade aqui serão inscritas as receitas e as despesas para as quais não sabem ou não saberemos o nome a designar. -----

-----Quanto às grandes opções do plano para 2015-2018, não se dá grande ênfase a obras. Não existe praticamente alterações significativas ao anterior e não se vislumbram grandes intervenções. -----

-----Não existem projetos, ou não há necessidades de reestruturação para além de 2015, a não ser a Variante de Arazede? Gostaríamos efetivamente que as oportunidades do quadro comunitário fossem aproveitadas na íntegra para efetuarem as grandes recuperações, estruturações e manutenções que o nosso Concelho tanto precisa.-----

-----Fazemos realçar na rubrica dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, que o valor transferido face às responsabilidades agora assumidas por estas é baixo, em relação ao valor anteriormente recebido.-----

-----Em relação aos diversos apoios sociais, apelamos a que sejam efetivamente dados a quem na realidade necessita. Que haja no terreno, técnicos que verifiquem a realidade dessas carências.-----

-----As bolsas de estudo, achamos que pode ser um incentivo e uma mais-valia para a fixação de novas famílias no nosso Concelho. -----

-----Há que incentivar à criação de novas empresas nos nossos parques industriais, e com isto consequentemente, um aumento de novos postos de trabalho. -----

-----Com o conhecimento que temos, do estado das vias rodoviárias, não compreendemos como é que é possível para que a manutenção da via que liga Pereira a Tentúgal seja maior do que a verba prevista para a via que liga Pereira a Carapinheira, sendo esta a que se encontra em péssimo estado de conservação e a mais utilizada.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A CDU apresenta a seguinte declaração de voto: -----

----- **Declaração de voto da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV:** -----

----- *“Chegámos mais uma vez ao momento de votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, desta feita para o ano de 2015.*-----

----- *Voltamos a assistir à necessidade de nova engenharia orçamental, tal como no orçamento correspondente ao ano que está a decorrer!*-----

----- *Com a aprovação do orçamento corrente, continuamos prisioneiros de opções, dívidas, compromissos, arranjos e números definidos pelos anteriores executivos, que são maus e mantêm refém o orçamento para 2015, sem que para eles a CDU tenha contribuído minimamente, ou com eles possamos contar para desenvolver o concelho ou para as funções que foram confiadas à CDU;*-----

----- *Não foi o Partido Socialista capaz, uma vez que não tem programa nem fez promessas eleitorais (o seu a seu dono), de procurar discutir com as demais forças políticas, económicas e sociais, no sentido de traçar um rumo ou um programa de desenvolvimento devidamente fundamentado e sustentado para o concelho, apenas procurando apoios casuísticos e parciais em causas avulsas, guardando para si praticamente todas as decisões sobre a vida do município;*-----

----- *Com o quadro Comunitário em fim de vida, não pode o município deixar de lançar ou concluir os projectos nele contemplados, o que o deixa praticamente sem folga para outros projectos e investimentos que poderiam ser, nesta fase, bem mais úteis aos cidadãos e ao concelho!*-----

----- **Nomeadamente:** -----

----- *a divulgação em grande do potencial turístico e monumental do concelho,* -----

----- *a intensificação da promoção da oferta de instalações e terrenos para a implantação de empresas industriais, agrícolas, comerciais e de mais serviços,* -----

----- *a construção de uma incubadora de micro e pequenos projectos empresariais e unipessoais,* -----

----- *a indispensável internacionalização do Centro Náutico, em toda a sua plenitude e potencial, sem termos de ficar envergonhados com tantas situações caricatas que quase hipotecavam este projecto, que custou muitos milhões de euros e foi apontado durante muitos anos como o grande projecto estruturante de desenvolvimento do nosso concelho,*-----

----- *a urgente renegociação do reequilíbrio financeiro, como forma de libertação das amarras da Lei dos Compromissos e do relançamento regular da actividade autárquica, em toda a sua plenitude.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Ao mesmo tempo, devíamos estar a dizer aos jovens da região e do país que viver no concelho de Montemor é bom e tem vantagens, ajudando a vender e a ocupar as centenas de fogos que estão abandonados ou por terminar!-----

-----Devíamos igualmente estar a promover intensivamente as condições necessárias para atrair o turismo sénior e de todas as idades, nacional e internacional.-----

-----Quanto ao orçamento, mais uma vez vamos brincar aos números grandes, incluir e retirar o PAEL e o reequilíbrio financeiro, atirando o dito para os 50 milhões de euros, vamos voltar a recorrer a uma verba fictícia de mera engenharia financeira de 5 milhões de euros da concessão das águas, contra a qual todos dizem discordar, mas a qual teima em ficar!-----

-----Quase tudo o resto é o mero cumprimento das obrigações correntes e dos compromissos assumidos anteriormente, sem rasgo nem propostas que façam uma diferença substancial do ano anterior!-----

-----Assim sendo, e dado que a CDU votou a favor do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, mas ficou registado nesta Assembleia que estaria na “primeira linha de resistência aos objectivos que nortearam a sua elaboração pelo executivo anterior e não apoiaria a sua repetição no futuro”, não temos outra alternativa senão alterar o nosso voto relativamente a 2014, o voto da CDU será a abstenção.-----

-----Em nome da solidariedade institucional perante a pesada herança de muitos anos desregrados, fica aqui nova recomendação de que o actual modelo de gestão e de condução dos assuntos municipais já está igualmente a prejudicar os nossos cidadãos e a afastá-los de apostar no concelho de Montemor-o-Velho!”-----

-----Pedi a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Venho pelo presente anunciar que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente as GOP e o Orçamento e passo a citar alguns dos pontos que consideramos importantes para nos levar a tomar esta decisão.-----

-----O facto de desde logo, segundo o Senhor Presidente, o orçamento ter sido iniciado pela parte da receita, efetivamente, de uma vez por todas, consideramos que deixaram de existir as tais maquilhagens que existiram em anos anteriores.-----

-----Também aqui realçar o facto dos partidos políticos terem sido contactados para poderem colaborar com este documento, facto que o Senhor Presidente já anunciou, não tendo apresentado sugestões.-----

-----O facto do Senhor Presidente também, dar aqui um acerto às Juntas de Freguesia e às Associações, cumprindo o objetivo de ainda durante o próximo ano fazer os pagamentos na íntegra, ou seja, ele não passa só a prometer, mas vai efetivamente cumpri-los e, de facto, isto é para nós vital e fundamental.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Também aqui falar na questão do orçamento participativo. Efetivamente ele deu oportunidade a todo o Executivo que pudesse, de facto participar na execução do orçamento e das grandes opções do plano. -----

----- Senhor Presidente, confiamos em si, reconhecemos que efetivamente este orçamento já tem o seu cunho pessoal e o cunho do Executivo, queremos efetivamente obras, não vamos dizer que não queremos obras porque todos sabemos que para continuarmos a alimentar o sonho, estamos na vanguarda de muito daquilo que é importante na nossa sociedade, temos que fazer investimentos e obras, no entanto há uma coisa que nos preocupa imenso e, confiamos em si. É efetivamente para que essas obras sejam feitas, mas sejam feitas de forma equilibrada, de forma a que os custos sejam controlados.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu também queria fazer a declaração de voto da minha bancada, porém quero dar só aqui um esclarecimento, também ao Presidente da Câmara, dizer que o partido da nossa bancada (PPD-PSD/CDS-PP) respondeu, de facto para os Senhores Vereadores e para a bancada, os contributos que pretendia dar. -----

----- **Declaração de voto da Coligação PPD-PSD/CDS-PP “Mais por Montemor:** -----

----- *“A bancada PPD-PSD/CDS-PP, após análise do documento irá votar contra, pelas seguintes razões: -*

----- *Eu ia começar por uma frase que todos conhecemos: “Não há ventos favoráveis para os que não sabem para onde vão”, escreveu Sêneca há muitos e muitos anos. -----*

----- *Um – Não verificámos uma linha estratégica nas Grandes Opções do Plano 2015-2018, os interesses estratégicos que refere na prática, não se verificam na explanação das ideias e dos números. -----*

----- *Dois – Para além deste ser um documento pobre, do ponto de vista das explicações sobre a parte financeira que é apresentada, ficamos sem perceber aquilo que o Executivo quer numa introdução que se resume a nove páginas, uma mão cheia de nada. -----*

----- *Três – Passado mais de um ano da tomada de posse do novo Executivo da Câmara Municipal liderada pelo Partido Socialista que consegue uma maioria sustentada com a coligação feita com a CDU, que já se traduziu numa desilusão, no entanto para não ficar dependente desta força política, reforça essa maioria com uma Vereadora que saiu da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. Aguardávamos com tantas pessoas proactivas, uma estratégia clara, evoluída e inovadora centrada no médio e longo prazo, a bem do desenvolvimento do Concelho, o que não verificámos no documento. -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Quatro – Ao ver a introdução do documento *Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015-2018*, verificámos um vazio de novas ideias e soluções para um Concelho que desejamos mais próspero e onde as famílias vivam melhor.-----

-----Cinco – Não conseguimos perceber o que o Executivo pretende nos próximos anos, não há uma calendarização, não há uma linha condutora que nos permita perceber para onde caminhamos e de que forma.-----

-----Seis – Na introdução do documento, continua a existir a eterna justificação de não fazer obra pois as dificuldades e constrangimentos financeiros do Município não permitem o que denota mais uma vez a falta de visão e estratégia.-----

-----Sete – Não percebemos de que forma, com a aproximação do novo quadro comunitário 2020, o executivo dará apoio aos jovens empreendedores.-----

-----Oito – não vislumbramos qualquer possibilidade de captação e fixação de empresas no território concelhio, pois só assim se promoverá o emprego, apesar das zonas industriais criadas pelo anterior Executivo numa visão de futuro e de estratégia de médio e longo prazo. O que é certo é que, não poderá o Município ficar de braços cruzados com essa questão, como se essa questão não fosse da sua responsabilidade também.-----

-----Nove – Apesar do grande investimento feito no passado: CAR, Piscina Municipal, Biblioteca Municipal, Requalificação dos Centros Históricos, Estradas, Saneamento, Reparações e Transformações de Escolas, Campos para a prática desportiva, Galeria Municipal, Celeiro dos Duques de Aveiro, Construção e Requalificação de Centros Culturais, Relvados Sintéticos, um novo Campus Escolar, etc.-----

-----Apostou-se na modernização administrativa e no apoio aos cidadãos com o projeto Balcão Único, bem como a área da saúde e assistência social. É verdade, gastou-se muito dinheiro, muitos milhões de euros, com o apoio de fundos comunitários e, se não se fizesse nessa altura, não se fariam mais porque o novo quadro comunitário 2020 assenta noutra vertente. Tais obras tornaram o nosso Concelho mais atrativo e fixaram-se muitas famílias, tal como demonstraram os últimos censos.-----

-----Assistimos agora a uma estagnação que se traduzirá no afastamento das pessoas, caso não sejam criados benefícios aos cidadãos, numa filosofia socialista de quem governa os destinos do nosso Concelho.-----

-----Dez – A falta de promoção do Concelho fica muito aquém, quer localmente, quer exteriormente, quer na divulgação do que temos de bom: o património histórico, as infraestruturas e mesmo a localização geográfica do Concelho entre Lisboa e Porto, entre Figueira da Foz e Coimbra, etc.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18**

----- Porém, a estratégia não sabemos se existirá. Com o documento apresentado, não conseguimos perceber. É um conjunto de ideias, objetivos que não se concretizam em ações claras, exequíveis, numa planificação que esclareça qualquer um da verdadeira estratégia, quando pedimos nos próximos anos, o turismo a crescer 4% ao ano. -----

----- Onze – Não podemos concordar com a diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia e Associações Locais. É uma opção política deste Executivo, com a qual discordamos totalmente. Isto porque as Freguesias e os seus Executivos, são os que estão mais próximos das pessoas, tal como o tecido associativo que assume grande relevância na dinâmica social, desportiva e cultural do Concelho, englobando as populações e ocupando muitos jovens que se dedicam assim a atividades desportivas e culturais, tendo as mesmas oportunidades que os outros têm em outros Concelhos. -----

----- Conclusão – não se vislumbram políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo, integradas e integradoras, assentes numa cultura de planeamento e de ordenamento do território, interligadas com a componente ambiental, social, patrimonial e cultural desse mesmo desenvolvimento. -----

----- Assim, aconselhamos um estudo, uma planificação do que pretendem fazer tendo objetivos bem definidos, concretizando em ações muito claras de promoção e de desenvolvimento do Concelho. Ainda, a mudança do discurso político, sem fantasmas do passado, mas valorizando o que existe, com estratégia, ambição e capacidade de mobilização para projetos diferenciados e valorizadores do nosso Concelho. -----

----- A bancada da Coligação Mais por Montemor, pelas razões elencadas, terá de votar contra. No entanto, esta bancada irá dar liberdade de voto, porque nós não queremos assistir ao que acontecia no passado, para as pessoas que não queriam votar contra, teriam que se ausentar da sala e, portanto nós não queremos isso. Queremos clareza, conforto e frontalidade e, as pessoas da bancada têm exatamente isso que eu disse: liberdade de voto e farão a sua votação consoante aquilo que entenderem.”” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Para esclarecer alguns pequenos equívocos, que se tornam grandes equívocos para as pessoas. Em primeiro lugar, este Executivo não aumentou o IMI. O IMI é definido pelo Governo da Nação, nada tivemos a ver com essa definição e, em particular não me parecem justas as críticas que vão nesse sentido. -----

----- Em segundo lugar, também foi dada a explicação e eu, às vezes oiço que os Senhores deputados vão ler os documentos todos e depois não leem a explicação que o nosso técnico deu sobre esta questão do IMI e, também não fazem fé naquilo que o Presidente da Câmara diz: têm sempre aquela tendência que eu se calhar não estou a dizer a verdade. Estão mal habituados, eu bem sei. Eu tento sempre dizer a verdade, só se estiver equivocado nalguma coisa, que também não sou infalível e, aquilo que foi explicado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

é que por determinação do POCAL, anteriormente era feita a média dos dois anos anteriores e era essa média que dava o valor que se inscrevia no orçamento e, no ano 2014, foi assim que foi calculada a dotação. Nessa perspetiva, aquilo que fiz o ano passado, foi cumprir essa regra. Este ano, nós tivemos a informação da verba que deveríamos inscrever no orçamento e assim o fizemos. A informação foi-nos prestada pela Autoridade Tributária e inscrevemos a verba correta. É evidente que a alteração de cálculo dessa verba dá um aparente aumento e, as pessoas aproveitam essa situação para, de uma forma, que eu penso que não é muito correta, dizer que este Executivo aumentou o IMI. Não é verdade. Não aumentou nem diminuiu.-----

-----Senhora deputada Adelaide, sinceramente, eu acho que já devia ter percebido porque é que os 5.000.000€ lá estão. Eu já expliquei que os 5.000.000€ estão lá porque temos que equacionar todas as opções possíveis, mas quero-lhe dizer que a grande parte dos compromissos não são feitos por este Executivo. Aliás, estamos a ser acusados de falta de ambição. Quando fazem uma crítica, têm que ponderar a outra crítica, ou seja as duas críticas têm que ser conciliadas: ou há falta de ambição ou há prevenção. Também quero esclarecer aqui duas coisas que me parecem que são fáceis de ver. Uma, que é um detalhe, que é os aumentos que fizemos nas dotações, em particular, um aumento de 10% nas Juntas de Freguesia e no Associativismo. 10% não é despiciendo no contexto em que estamos. Há aqui um sinal nítido de que valorizamos muito a colaboração e os acordos de execução com as Juntas de Freguesia e valorizamos muito a atividade das nossas associações e entidades, mas continuamos a querer ser responsáveis e sérios para com estas entidades porque queremos continuar no ano 2015 a pagar atempadamente, coisa que não se fazia nos últimos 12, 13 anos e, isto queremos que seja uma regra. Vamos sempre afinando a dotação no sentido daquilo que podemos pagar e daquilo que podemos disponibilizar com honradez e com seriedade a pagar no momento certo. -----

-----Senhora deputada Ana Cristina Jorge, eu gostaria de dar uma novidade. É que o novo quadro comunitário 2020 ainda está muito indefinido. É evidente que a senhora estava habituada a que houvesse, aqui deste lado, um inventor, um criativo que nos deixou nesta situação em que estamos, que criou e inventou e, nós ainda não vamos inventar o que é que vai ser financiado. Nós já temos uma ideia, mas não podemos estar aqui a inventar, até porque a margem/folga do orçamento não é rigorosamente nenhuma, pelos tais compromissos e dívidas anteriores. Não vamos inventar. -----

-----Não fique preocupada com a falta de estratégia deste Executivo. Este executivo tem estratégia e está a implementá-la na prática. Se não valoriza o trabalho que está a ser feito em termos de execução orçamental, também não pode valorizar aquilo que nós adotamos como postura correta pela elaboração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

do orçamento e das Grandes Opções do Plano. Se não valoriza uma gestão realista da Câmara Municipal, principalmente neste período pré solução de reequilíbrio financeiro e PAEL ou FAM, se não valoriza esta estratégia de contenção e de rigor de gestão, é evidente que, não pode ter outra posição que não aquela que está a tomar. Como é que quer que eu vá convencer a Caixa Geral de Depósitos, que tem conhecimento dos nossos orçamentos, se eu continuar aqui com dotações irrealistas de 1.000.000 € para estradas que não vão ser financiadas no próximo quadro comunitário? Como é que vamos convencer a Caixa Geral de Depósitos que esta gestão é rigorosa e que pode acreditar em nós, se eu quiser construir um novo Centro Náutico, se eu quiser construir umas escadas rolantes? Essas ideias estratégicas fabulosas do passado que, na verdade nos conduziram ao estado financeiro a que estamos. Porque repare, quem anda a pagar essas belíssimas obras que anuncia e que aí apregooou é este Executivo. Não foi o Executivo que as inventou. E é essa falta de rigor que está aqui patente na nossa diferença. O sentido de voto é livre, mas não digam falsas questões. -----

----- Já de agora, o Balcão Único, foi também uma invenção do Executivo anterior, estava na gaveta! Não venham agora dizer que é uma obra vossa. E até lhe vou ser mais honesto, de uma forma sincera: agarre no projeto inicial e veja o projeto atual. Vai sentir logo, à vista desarmada, as diferenças. As diferenças de abordagem, as diferenças de execução desse projeto. Eu aceito todas as críticas, mas gostaria que essas situações fossem devidamente esclarecidas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Só um segundo para responder ao Senhor Presidente da Câmara porque pelas palavras proferidas, não é muito bom em números. Matemática para ele, nunca foi grande coisa. Relativamente ao IMI, disse que não houve aumentos. Ai houve, houve e aumentaram bastante. É que esqueceu-se o Senhor Presidente da Câmara que foram atualizados os valores patrimoniais, o governo retirou o tal travão de aumentos e os 4% que o atual Executivo indicou para o cálculo da cobrança do IMI vai ter uma verba muito grande. Se efetivamente se tivesse baixado os 4% para 3%, com certeza que não havia aumentos, não havia prejuízo, não havia violência para as famílias, mas que há aumentos grandes, há e, é nesse sentido que contrario as palavras ditas pelo Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Daquilo que eu tenho lido, quando há uma declaração de voto, eu nunca tinha visto o Senhor Presidente da Câmara responder a uma declaração de voto porque a bancada vota contra e tem direito a uma declaração de voto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18***

-----Uma vez que o Senhor Presidente veio falar do passado, naturalmente nós temos autonomia para dizer aquilo que queremos, por isso é que estamos em democracia e, portanto se estivemos num projeto, se nos identificamos com o mesmo e se o defendemos, se à época, as pessoas cuidaram do projeto e fizeram aquilo que bem entenderam. Agora, Senhor Presidente, vou ter que lhe voltar a dizer que o Senhor era e foi Vereador e não só o Senhor. Parece que estamos aqui sempre a falar nas mesmas coisas. Não podemos esquecer aquilo que se fez, mal ou bem, fizeram-se muitas coisas mal, naturalmente, fizeram-se muitas bem. A questão é: do que se fez, o que é que não se fazia? Essa é que é a questão! Do que se fez, o que é que não se está a utilizar? Essa também é a questão. Se calhar há coisas que não estão a ser rentabilizadas como deviam ser. Se calhar há coisas que não foram tão bem feitas e que não foram tão bem controladas pelos Serviços, como deviam ter sido. Há falhas. Nós somos humanos, em qualquer sítio onde nós estamos, em qualquer sítio onde temos as nossas funções, nós não fazemos tudo bem feito, como é normal. É evidente que o Senhor Presidente da Assembleia é soberano, é o Presidente desta Assembleia, com muita dignidade, sem dúvida alguma e o Senhor é que decide aquilo que fazer mas, realmente eu acho que as pessoas têm direito a fazer aquilo que bem entendem. Se efetivamente aquilo que dizem, com uma declaração de voto final, tem uma resposta do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que lhe diga, tem que nos deixar responder porque também é defesa da nossa honra. Nós também temos que explicar porque é que nós fizemos essa declaração de voto, porque é que votamos contra, porque efetivamente, essas não seriam as nossas diretrizes. Agora, o Senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, no espaço de um ano, já estão a diminuir a dívida. Não foram precisos 5 anos, ao fim de 1 ano já se está a diminuir a dívida e isso é bom, muito bem, mas a dívida vai-se diminuindo. O investimento se não se tivesse feito à época, com os projetos que se fizeram e que foram financiados com todos os defeitos e com tudo aquilo que o Senhor sabe porque foi Vereador e ia às reuniões de Câmara de 15 em 15 dias agora, não pode, de cada vez que nós abrimos a boca em relação ao passado, vir sempre com esse discurso. É certo que o Senhor está magoado. Tem uma pesada herança como o Senhor tem dito, tem uma grande dívida sem dúvida alguma, não podemos dizer o contrário, não estamos a brincar com tostões, estamos a falar de milhões, é verdade. Mas a questão, volto a repetir: do que se fez, o que não se fazia? Do que se fez há alguma coisa que não esteja a ser utilizado? Se calhar há coisas que podiam ter uma melhor utilização e não têm, infelizmente, mas está feito. Temos pena. Temos que rentabilizar aquilo que temos. Santa paciência, o Município tem as coisas, o Executivo tem poder de decisão e, sobretudo, tem o poder de rentabilizar aquilo que tem. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Nós, oposição apenas podemos dar as nossas opiniões, com diplomacia, não podemos por uma pedra sobre o passado e sobre os doze anos de gestão da coligação. Teremos sempre que lhe lembrar isto. Se não formos um bocadinho flexíveis de parte a parte, entraremos sempre nesta conversa que é política, sem dúvida alguma.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu quero pedir desculpa à Senhora deputada Ana Cristina Jorge porque eu não me apercebi que tinha feito uma declaração de voto. Aliás, eu não me apercebi que tinha sido feita uma votação, porque no meu tempo, nas minhas regras do jogo, primeiro, faz-se uma votação e depois faz-se uma declaração de voto. Aquilo que eu penso que aconteceu não foi nada disso, e por isso peço-lhe desculpa. Eu não estava atento.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Contra-----
----- Nuno Miguel Figueiredo Cardoso-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
-----Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----José Manuel Marques Madaleno-----	Abstenção-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2015** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “ Senhor Presidente, o ponto está introduzido por natureza. Como é hábito pedimos esta dispensa de autorização prévia por uma questão de melhor rentabilização e aceleração dos procedimentos administrativos e aquilo que pedimos é que se delibere nesse sentido.” -----

-----Pedi a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Quanto a esta autorização, estamos de acordo. Sendo este valor enquadrado num regime legal e aí não há qualquer dúvida, está dentro do limite fixado por lei. De qualquer forma achamos um pouco exagerado, dado que normalmente, as folhas de informação, como é óbvio, vêm sempre em branco. Desta forma não teremos também grandes informações acerca daquilo que se vai fazendo, a não ser por algum outro documento.” --

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- António Mendes Girão Meco-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalves Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013. -----	
----- Verificou-se a existência de público, mas sem intervenção. -----	
----- Usou da palavra o PMAM tendo solicitado à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.-----	
----- O PMAM disse ainda que: “Primeiro, vamos sempre aprendendo ao longo da vida, mesmo quando nos parece que temos uma paciência limitada, mas vamos sempre aprendendo, e portanto, eu hoje fui aprendendo mais um pouco da minha vida, como sabem eu sou estudante profissional, é assim que às vezes me anuncio, e portanto um estudante gosta de estudar.-----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2014, dezembro, 18

-----A segunda questão tem a ver com aquilo que é, não só meu dever institucional mas, neste caso, meu dever pessoal, que desejando a todos vocês e às vossas famílias uma excelente quadra natalícia, vos estímulo, aquilo que é a nossa e vossa atuação (nossa no sentido geral e vossa, também do público, vou incluir aqui a comunicação social) de, nesta quadra especialmente, pensarmos que ela tem uma questão mais tranquila, é verdade; tem uma questão mais afetiva, também é verdade, mas deve ter sobretudo, uma questão de reflexão e portanto é isso que vos apelo que, evidentemente façam uma reflexão sobre aquilo que foi o nosso ano de atividade nesta AM e que na próxima AM, se alguém quiser dar nota dessa reflexão, eu abrirei um tempo especial, no período antes da ordem do dia. -----

-----Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 20h15, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva